


**Unesp**  Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
- Câmpus de Marília -  
- Departamento de Filosofia -

# **Kant e a história da filosofia como idéia filosófica**

**RODRIGO ANDIA**

**Marília - SP  
2007**

## 1. Introdução

---

A história da filosofia sempre foi uma característica importante nas obras de Kant. Entretanto, a abordagem deste tema nem sempre é muito elucidativa apresentando-se muitas vezes de maneira complicada nas obras do filósofo, mas embora nos possa parecer à primeira vista que a história da filosofia seja indiferente aos olhos do autor, veremos que ele não a descaracteriza, já que, neste caso, “uma representação histórica da filosofia, conta, pois, como e em que ordem se filosofou até agora”. (KANT, 1995, p. 129). Por outro lado, Kant não foi um historiador da filosofia. Ele jamais nos deixou uma obra que tratasse do respectivo tema, mas nem por isso nos deixou de apresentar, embora sempre de forma interrogativa, uma idéia filosófica ou até transcendental dessa história, concebida a partir do ponto de vista da natureza da razão. Porém, é no decurso desta perspectiva, já presente nos *Progressos da metafísica* (1793) ou também nos últimos capítulos da *Crítica da razão pura* (1781-87), que poderemos em ambas adquirir os elementos mais significativos à noção kantiana de uma história filosofante da filosofia.

Contudo, o problema que desde logo se levanta na atitude de Kant conciliar a história da filosofia e os filosofemas e filósofos do passado com a *Crítica*, torna-se aparentemente um obstáculo insustentável com a idéia que realmente interessava ao filósofo de uma história filosófica ou filosofante da filosofia, isto é, de unir a história com a perspectiva transcendental de uma razão universal. Algumas passagens até refletem este sentimento anti-histórico que Kant às vezes sustentava na *Crítica* em função das possibilidades e limites do conhecimento, de uma investigação que procura não um sentido histórico para a filosofia, mas uma *fisiologia do entendimento*, isto é, de uma crítica que não é a dos livros ou dos sistemas, mas da faculdade da razão em geral.<sup>1</sup> Mas, se assim o fosse, se o filósofo apenas considerasse a substancialidade da sua obra, ele não encontraria motivos para propor uma *história da razão pura*,

---

<sup>1</sup> Cf. *KrV*. Prefácio à primeira edição de 1781 que consta na tradução portuguesa da *Crítica da Razão Pura*.

muito menos um ideal interpretativo das filosofias e sistemas do passado de uma razão histórica ou filosófica.

Mas veremos, que a relação de Kant com o tema representou um marco decisivo na maneira de pensar as filosofias do passado, instituindo na história da filosofia um caráter inteiramente filosófico, uma perspectiva que não perde a sua dignidade nem exclui propriamente a filosofia. Porém, o traço mais significativo e pertinente desta concepção, - (isto é, do que mais reflete o ideal historiográfico da razão) - não é aquele dos que fazem da história da filosofia o seu próprio sistema, mas dos que promovem ou exercem o verdadeiro talento da razão, daqueles que colocam em prática as fontes reais do conhecimento. Kant não poderia ter sido mais incisivo do que foi na introdução dos *Prolegómenos* (1783) quando ele acusa alguns de repetidores de opiniões ou meros doxógrafos. Segundo o filósofo, esta obra foi destinada somente aos “futuros mestres”, isto é, para aqueles que somente se privilegiam da razão, alertando-os para que não refaçam o caminho de uma metafísica já existente, mas que eles próprios inventem esta mesma ciência e estabeleçam um destino mais favorável para a filosofia, ou que não considerem a história da filosofia apenas um depósito de opiniões produzido por uma razão alheia.

A exposição deste tema, ou antes, mesmo que o filósofo pudesse repensar os pressupostos de uma história filosófica inteiramente fecunda, têm início com a distinção estabelecida por ele entre *conhecimento histórico* e *conhecimento racional*, que de alguma maneira estabelece os limites entre o pensamento e a sua história. Esta separação, inclusive herdada da filosofia wolffiana, nos deixa já de início um grande problema ao conciliar a *Crítica* com a perspectiva histórica da filosofia, isto é, de unir a perspectiva transcendental do criticismo com o modo de pensar os filósofos e sistemas do passado, ou de conciliar o autêntico exercício da razão com as filosofias que já ocorreram anteriormente na cronologia factual. Pois, ainda que uma filosofia se estabeleça na história e no tempo, “[...] aquele que propriamente *aprendeu* um sistema de filosofia, o *wolffiano*, por exemplo, nada mais possui do que um conhecimento *histórico* completo da filosofia wolffiana mesmo que tenha presente na mente e possa contar nos dedos todos os princípios [...]”. (KANT, 1983, p. 406). Todavia, não será a intenção de Kant indicar na letra a

especificidade deste conceito, que tem o seu fundamento sobretudo na experiência, mas o de relacionar no espírito, a historicidade da razão.

Assim, logo se verá que, longe de apresentar uma história que apenas nos remeta uma sucessão cronológica ou factual dos conceitos (ainda que às vezes ela nos aparenta ser assim), Kant se preocupará com a consecução de uma história *a priori* da filosofia; que ela mesma não seja uma reunião de erudições alheias, mas que exponha de maneira intrínseca aqueles elementos que partem da natureza da razão. O seu interesse tanto se apoiará no ideal arquitetônico da razão na conciliação de um sistema para a filosofia, como também no ideal de uma *arqueologia filosófica*, que não só mostre a via empírica percorrida pela razão, mas dos progressos (metafísicos ou especulativos) que ela necessariamente atingiu.

Querendo, pois, antes nos apropriar dos pressupostos ou da mediação histórica relevante na primeira *Crítica*, nos cabe constatar que ela, todavia, não proporcionou a formação de mais uma nova doutrina, mas uma revolução na maneira de pensar, estabelecendo, antes, as possibilidades do conhecimento por intermédio dos princípios da razão. Nela, o interesse que há pela história da filosofia pode ser visto conforme a análise do “sistema da razão” ou mediante a possibilidade da proposta colocada no último capítulo da *Crítica* de uma *história da razão pura*, pois, para o autor, “[...] este título só está aqui para designar um lugar que ainda resta no sistema e que tem que ser preenchido futuramente”.<sup>2</sup> (KANT, 1983, p. 413). Por outro lado, afirma ele nos *Progressos* que “até à filosofia crítica, todas as filosofias não se distinguem essencialmente”. (KANT, 1995, p. 123). Elas não se diferenciam justo pelo fato da filosofia proceder até então, segundo o filósofo, de maneira dogmática, ou seja, sem que houvesse antes uma análise detalhada das condições para a possibilidade do conhecimento. Pois proceder dogmaticamente na filosofia é querer afirmar a realidade das coisas sem analisar antes como o conhecimento é constituído.

A *Crítica*, sendo ela um método propedêutico da razão, isto é, do juízo crítico e amadurecido da época, mostrou-nos que “até agora se supôs que todo

---

<sup>2</sup> Cf. Kant, I. *A história da razão pura*. In: *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultura, 1983 (B 880/881).

o nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos; porém todas as tentativas de mediante conceitos estabelecer algo *a priori* sobre os mesmos, através do que ampliaria o nosso conhecimento, fracassaram sob esta pressuposição”.<sup>3</sup> (KANT, 1983, p. 12). Será a partir deste ponto de vista, isto é, o da consciência crítica da razão, que a filosofia se colocará no sistema completo do conhecimento, seja o das faculdades da razão na determinação do objeto, ou no sistema da história, revelando-nos como ela necessariamente percorreu, através dos *progressos da metafísica*, os estágios realizados por ela, que foram essencialmente o *dogmatismo*, o *ceticismo*, e a partir de ambos, o *criticismo*<sup>4</sup>.

Veremos que a razão necessariamente percorreu esse caminho no estabelecimento do criticismo, pois, segundo o filósofo, “esta ordem cronológica funda-se na natureza da humana faculdade de conhecer”. (KANT, 1983, p. 19). Se assim é, por que a representação de uma história filosófica também estaria arraigada nesta natureza? Como ela necessariamente se relaciona com a diversidade das doutrinas filosóficas? Tais questões, essenciais nas reflexões de Kant, foram fundamentais para pensar a filosofia; porém, o problema do seu estabelecimento já era pensado pelo filósofo na época pré-crítica, como já se nota nas lições de metafísica escritas por Herder. Pois, devido à constatação do autor que não havia um fundamento científico para a metafísica, ou que ela se mostrava como um campo de batalhas em conflito, essas reflexões o fizeram pensar numa filosofia propedêutica de análise para a investigação da razão, assim como o estabelecimento do método “zetético” como o mais apropriado para a prática genuína da filosofia.

Tal análise não só nos permitirá compreender a relação da filosofia transcendental com a história, como também nos mostrará a imprescindível importância da metafísica no sistema da razão. Por que ela se torna tão indispensável? O que a torna tão interessante na perspectiva histórica da filosofia? De acordo com ele, talvez será pelo fato da filosofia não estar separada da história, sempre querendo alcançar o conhecimento do supra-sensível ou o fim último de todas as coisas, pois, segundo o filósofo crítico, não

---

<sup>3</sup> Cf. Ibid. *Prefácio à segunda edição*. In: *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

<sup>4</sup> Cf. Id. *Os progressos da metafísica*. Lisboa: Edições 70, 1995, (A 21).

se pode negar que “a filosofia deve aqui considerar-se como gênio da razão (*Vernunftgenius*), do qual se exige saber o que ele teve de ensinar e se o conseguiu. Para tal descobrir, deve investigar-se que interesse e porque um tão grande interesse na metafísica”. (KANT, 1995, p. 133, grifo do autor).

Embora possamos conceber então uma história da filosofia não só empiricamente, mas também de modo inteiramente *a priori* ou racional, como se ela fosse um processo imanente da razão, por outro lado, tal concepção, foi alvo das reflexões de Kant presente muitas vezes nas lições (*Vorlesungen*) redigidas durante a maior parte da sua atividade acadêmica. De certo modo, não podemos negar que o material utilizado por ele, de uma maneira ou de outra, servem como suporte investigativo no julgamento (muito embora cumulativo) acerca das doutrinas filosóficas do passado. Tudo o que se sabe acerca disso são pelas lições que ele organizou e redigidas por alunos que participavam das suas aulas. Com isso, mesmo que não se possa considerar que Kant tenha sido um historiador da filosofia, por outro lado as suas análises filosóficas ou interpretativas jamais foram deixadas de lado.

Entretanto, mesmo que não tenhamos uma obra dedicada exclusivamente à história da filosofia, o tema sempre esteve presente de algum modo nas obras de Kant. Tratada várias vezes de maneira particular ou às vezes até mesmo alheia ao sistema crítico da razão, não podemos negar que ela tenha exercido um papel fundamental para as interpretações que o filósofo fazia acerca das doutrinas filosóficas do passado, pois, para ele, a história da filosofia quase sempre se apresenta neste caso sob o olhar crítico da razão. É por isso que a filosofia kantiana, além da sua importância especulativa, representou um salto fundamental no debate das condições e na exposição de um método para a história da filosofia. Esta discussão, aliás, obteve uma grande repercussão entre os filósofos alemães ou idealistas durante quase todo o século XVIII, acerca do método estrutural e conceitual da filosofia, cujo interesse na história não era só cronológico, mas também ideológico. Muitos deles, inclusive, seguindo o fio condutor do criticismo, fizeram importantes contribuições no âmbito da historiografia filosófica.

Foi no meio deste ambiente, cujo tema agora se torna um problema filosófico, que surge, já nesta época, a possibilidade de se pensar uma história

da filosofia inteiramente *a priori* e separada de qualquer elemento empírico. Seguindo a mesma linha de pensamento, Tennemann também apresentava a mesma perspectiva na sua obra *Geschichte der Philosophie*, mas foi Kant quem fundamentou as bases necessárias para esta interpretação, ou seja, de pensar a história da filosofia de maneira sistemática e arquitetônica proveniente de uma idéia fundada inteiramente na razão, pois já com a publicação da primeira *Crítica* a filosofia tinha “[...] que constituir um sistema unicamente no qual é possível sustentar e promover os fins essenciais da razão”. (KANT, 1983, p. 405). O eixo desta discussão representa exatamente o ponto crucial do pensamento sistemático de Kant, que estabelece por meio dele, não um discurso factual, mas uma *teoria interpretativa* para uma análise conceitual das doutrinas filosóficas. Contudo, embora não havendo uma obra própria e exclusiva escrita por ele que dissesse respeito à história da filosofia, as lições acadêmicas do filósofo tornam-se, neste caso, fontes preciosas para a análise deste trabalho tão complexo.

Com efeito, constataremos mais adiante que a imagem metafórica da *arquitetônica* se torna indispensável na filosofia kantiana, ainda mais na elaboração de um método para a história da filosofia. Esta metáfora, ao aliar-se nos esquemas da razão, será o desfecho principal e característico da doutrina transcendental do método, ou seja, da moradia segura e confortável do conhecimento, ou daquela que compreende paz e estabilidade na república da razão. Ela é a imagem mais representativa da filosofia crítica de Kant, da qual não se constitui uma *rapsódia*, mas antes um sistema articulado entre si, pois é justamente nesta elaboração, sistemática e orgânica, que uma filosofia poderá dar continuidade no seu desenvolvimento. Essas metáforas, tão essenciais nos esquemas da razão e na configuração de uma história propriamente dita, serão as imagens mais fundamentais na elaboração ou concatenação da *Crítica*, isto é, do juízo amadurecido da época, ou de uma história que não é apenas cronológica e factual, mas ao mesmo tempo *a priori* e filosófica. Este sistema, o do conhecimento, não se distingue da idéia de um “organismo”, sempre presente em germes na razão, que busca sempre o fim último das coisas na ligação das partes com o todo articulado.

Contudo, de uma maneira ou de outra, as anotações de Kant jamais podem ser deixadas de lado, principalmente aquelas presentes nas *Vorlesungen*, pois significam muito precisamente uma exposição panorâmica das doutrinas filosóficas, muito embora não havia ainda a pretensão de nelas abordar uma dimensão mais precisa na realização de um sistema, antes de tudo orgânico, na configuração de uma história filosófica e *a priori* da filosofia. Constataremos, contudo, que, ao buscar esta unidade, [...] la storiografia filosofica deve al criticismo kantiano uno dei momenti più intensi e fecondi della sua storia [...]", (MICHELI, 1980, p. 19) pois, tal perspectiva, embora nos seja ainda embrionária, nos revela o aspecto mais fundamental do idealismo crítico, não só do sistema ou das faculdades de conhecimento, mas da atribuição de uma história filosófica fundada inteiramente na natureza da razão. Se é esta a proposta deste trabalho, ou seja, se a história da filosofia já estava presente na primeira *Crítica* como uma parte indispensável da filosofia ou até mesmo para a compreensão de uma razão universal ou imutável, veremos então como ela pôde contribuir nas reflexões filosóficas de Kant até a chegada e a constituição do criticismo propriamente dito.

## **2. Kant e a história da filosofia no século XVIII**

---

Sabemos muito pouco sobre a formação universitária e intelectual de Kant, mas já nesta época seus interesses pela filosofia já era uma prioridade constante. Neste mesmo tempo, um grande espaço também era dedicado ao tema da história da filosofia, inclusive muito praticada entorno das disciplinas filosóficas que ocorriam nas universidades em geral. Contudo, embora as notícias sejam bem escassas nesta época sobre a formação intelectual de Kant, cuja discussão, aliás, gera muitas dúvidas acerca da universidade na qual o futuro filósofo realmente se inscrevera, sabemos que desde o período crítico inaugural, (demarcado sobretudo pela publicação da *Dissertação de 1770*), ele não abandonara a reflexão filosófica, muito menos os temas que envolviam a filosofia da sua época. Até mesmo durante o período pré-crítico, época na qual ele inicia a sua atividade docente na Universidade de sua cidade, partes de seus interesses também se dirigiam para o estudo da história da filosofia, que quase sempre era abordada nas *lições* filosóficas ou disciplinas universitárias. Contudo, como já é do nosso conhecimento, Micheli<sup>5</sup> afirma que (1985, p. 879), “Kant nei suoi scritti non intese mai fare opera esplicita di storico della filosofia”. A intenção aqui não é tratar exaustivamente dos elementos que mais caracterizam o criticismo, mas o de mostrar como a história da filosofia, de uma maneira ou de outra, se apresentou aos olhos de Kant, seja ela no diálogo estabelecido com as doutrinas do passado, ou conforme os interesses que ele necessariamente expõe para a compreensão de uma crítica da razão.

Logo no começo da sua formação escolar, Kant inicia seus estudos no colégio *Fridericianun* no ano 1732, naquela época sob a responsabilidade de Albert Schultz, seu futuro professor universitário e pelo qual teria muito apreço e dedicação. Naquele tempo, ou mesmo na cultura prussiana em geral, era inteiramente obrigatório o estudo da língua latina. Esse hábito não era diferente

---

<sup>5</sup> Cf. MICHELI, G. *Kant storico della filosofia*. Padova: Antenore, 1980.

nas outras instituições, que integravam o mesmo estilo cultural e erudito na prática do ensino, mas cujo estudo abordava principalmente autores clássicos e reconhecidos da antiguidade, dentre eles principalmente os de língua latina. Kant, não ficando de lado, afirma Micheli (1980, p. 29) que, “nel frattempo egli dovette anche proseguire lo studio approfondito dei classici latini”. As leituras de sua maior preferência sempre foram as dos filósofos romanos, como, por exemplo, Ovídio, Virgílio, Orácio, Cícero, dentre outros. Kant estudou profundamente esses autores, mas, em contrapartida, conheceu muito pouco o grego.

Assim, muito natural seria afirmar, ou até mesmo cômodo dizer, que na filosofia kantiana pouca importância é dada à história da filosofia, visto que na *Crítica*, sendo ela um sistema propedêutico, Kant apenas se preocupará com uma “rápida olhada” pela totalidade dos trabalhos que sucederam anteriormente. Todavia, mesmo com a mudança na filosofia provocada pela *Crítica*, cujo teor teórico pareceria deixar hipostasiado qualquer sistema filosófico, muitos autores se dedicavam na época com temas historiográficos. O fator comum entre eles não era apenas o de reproduzir uma história como as demais, ao estilo de Diógenes Laércio, mas o de questionarem a respeito do método ou da validade que ela poderia designar. Neste tempo, isto é, na última década do século XVIII, uma nova tradição começara a surgir, desencadeando uma abordagem inteiramente nova ou filosófica da história da filosofia, cujo primeiro expoente foi *Tennemann*, seguido logo após por *Fülleborn*<sup>6</sup>, ambos apresentando-nos uma idéia inteiramente especulativa do espírito histórico da filosofia. O surgimento desta nova idéia, muito embora ainda embrionária, nos mostrará, de maneira bem sintomática, o debate metodológico e até mesmo estrutural que aflorara entre os intelectuais daquela época, a cujo tema Kant também não poderia mais permanecer alheio.

Como pesquisador acadêmico ou como docente universitário, não negamos a influência exercida por Kant nos temas que envolviam a história da filosofia, seja ela inserida nos interesses particulares do filósofo, ou para fins

---

<sup>6</sup> Para melhor alencar o tema e as obras desses autores, cf., neste caso, W. G. Tennemann, *Geschichte der Philosophie*, Leipzig 1798. *Grundriss der Geschichte der Philosophie. Für akademischen Unterricht*, Leipzig, 1812-16. Para o criador de uma revista dedicada

didáticos ou estruturais nas disciplinas universitárias. Neste mesmo meio, uma nova gama de historiadores surge no cenário, fornecendo-nos novos rumos para o debate do método ou até mesmo para a natureza histórica da filosofia, ou seja, “[...] della possibilità di una storia della filosofia nella quale l'elemento empírico e quello razionale, la molteplicità e l'unità, la storia e la filosofia, possono coesistere in un concetto di storia della filosofia [...]” (MICHELI, 1980, p. 15), portanto, um fundamento no qual seja possível unir a multiplicidade filosófica na unidade ideal da razão, onde o elemento empírico não seja mais um obstáculo para unir a história com o conceito propriamente dito de filosofia. Levava ainda alguns anos ou décadas para que Kant efetivamente interviesse no debate e nos apresentasse a idéia de uma história fecundamente *a priori* da filosofia. Mas ele nunca abandonou suas reflexões a respeito, nem no tempo da sua formação intelectual, muito menos na época na qual lecionou e fundamentou o sistema da sua filosofia crítica.

Ainda na época a qual o filósofo estudava e completava a sua formação universitária, o ensino da história filosófica era puramente didático, não indo além de uma exposição biográfica ou de uma rápida apresentação, como veremos, dos sistemas de filosofia. Esses autores, grandes difusores da tradição manualística assim iniciada pela escola de Christian Thomasius<sup>7</sup>, procuravam distinguir nitidamente a filosofia da história, cuja primeira era designada de sistema completo de doutrinas, não num sentido erudito ou cronológico do termo, mas num sentido a-histórico, ou seja, acima de qualquer determinação temporal ou sucessiva das doutrinas filosóficas estabelecidas na história. Não havia ainda aquele fator ideal ou até mesmo racional que pudesse integrar ou unir o tempo com as idéias da razão. Mas, para esses autores, embora não tivessem a pretensão de inserir a história num sistema *a priori* da filosofia, foram importantes difusores de uma tradição historiográfica da qual Kant também participara, seja durante o período da sua formação universitária ou na época na qual ele iniciara a sua longa carreira acadêmica.

---

inteiramente aos problemas da história da filosofia, cf. G.G. Fülleborn, *Beyträge zur Geschichte der Philosophie*, 12. Stück, Züllichau und Freystadt 1791-1799.

<sup>7</sup> Fundador da nova Universidade prussiana de Halle. Cf. C. Thomasius. *Introductio ad philosophiam aulicam seu lineae primae libri de prudentia cogitandi et ratiocinandi, ubi ostenditur media inter praejudicia Cartesianorum, et ineptias Peripateticorum, veritatem inveniendi via*. Leipzig, 1688.

Para sabermos então como o filósofo pensa a história da filosofia, da sucessão ou cronologia dos sistemas filosóficos ou filosofemas do passado, não podemos descartar a época ou até mesmo a cultura na qual Kant estava inserido, pois é a partir dela, ou seja, desta tradição histórico-filosófica, embora às vezes mais literária do que propriamente inserida na filosofia, que ele entra em contato com as diversas produções do gênero (seja a dos manuais destinados as disciplinas universitárias ou daquele outro gênero anterior conhecido como poli-história), mesmo pertencente à filosofia ou a erudição humana em geral. É certo, porém, que durante o período inicial da formação filosófica de Kant até a sistematização da *Crítica* propriamente dita, muitas mudanças ocorrem no modo ou na maneira dele pensar a história da filosofia, da amplitude conceitual apenas arraigada na cronologia factual até a determinação de uma história inteiramente *a priori*, separada de qualquer elemento empírico ou fundada na natureza da razão.

Por isso não descartamos o período inicial da formação filosófica de Kant, que não só se baseava em suas reflexões como pesquisador ou docente, mas também no modo ou na maneira como ele organizava e estruturava a história da filosofia, do método expositivo ou da ordem metodológica destinada para esta disciplina. Mesmo contendo um caráter introdutório ou mesmo muito panorâmico da história filosófica, as lições universitárias constituíam, no todo, fontes preciosas para a visão e o modo como se constituía esta disciplina, cada vez mais difundida no cenário filosófico durante a primeira metade do século XVIII, contendo resenhas do “já feito” ou do “já produzido” na literatura humana em geral. Este era o ambiente histórico-filosófico do qual participara Kant, seja no início da sua formação no colégio *Fridericianum* ou como já professor ou pesquisador universitário, período no qual inicia a sua grande carreira acadêmica.

Um dos traços mais marcantes desta época, que reunia diversos historiadores de cunho erudito ou literário, era a admissão geralmente aceita da filosofia pré-grega, isto é, daquela praticada pelos povos orientais e muito comentada por historiadores ou manualistas da tradição filosófica daquela época. Kant também não descartava a exposição deste esboço esquemático, geralmente apresentado como esquemas introdutórios de uma história geral da

filosofia, mas dividida em dois grandes momentos: filosofia não-grega e filosofia pré-socrática. Levaria ainda alguns anos (até que se colocasse em voga o problema da especulação filosófica) para que esta concepção mudasse definitivamente, ou seja, que fosse possível estabelecer uma diferença entre razão especulativa, fundamental para a filosofia e pensada por meio de conceitos, e razão interpretativa, feita por imagens ou considerada não filosófica. Veremos, contudo, que esta problemática foi essencial no rompimento de uma longa tradição histórico-filosófica, isto é, dos que pensavam a história da filosofia inserida na erudição humana em geral, daqueles que colocaram um sentido racional ou até mesmo teleológico numa história que fosse filosófica e fundada inteiramente na natureza da razão.

Depois dos estudos universitários seus interesses caminharam mais em direção à pesquisa da matemática e da filosofia da natureza. Mesmo que Kant tenha se conduzido por esse caminho, jamais abandonou os estudos da filosofia antiga e dos autores romanos. Conforme a análise feita por Micheli, consta que já nas aulas de Knutzen<sup>8</sup> freqüentadas por Kant, encontravam-se alguns esboços sobre uma história geral da filosofia e da lógica nas lições redigidas por ele. Nelas, o professor já apresentava algumas subdivisões com relação aos períodos filosóficos e dispostos da seguinte forma: Filosofia Antiga (*Philosophia patriarcharum* “barbárica”), isto é, não-grega; e, em seguida, *graecania* e *romana*, constituindo assim o período antigo. Já com relação à filosofia moderna, Knutzen a dividia em dois momentos bem distintos: os *restauratores sectarum antiquarum* e a *novarum sectarum auctores*. Este último era destacado pelas doutrinas de Descartes, Leibniz, Wolff e Newton, ao passo que na primeira não havia uma referência mais precisa acerca das doutrinas caracterizadas.

---

<sup>8</sup> Conforme Micheli, cf. Knutzen, M. *Elementa philosophiae rationalis*, 1747.

Questa sommaria esposizione dello schema di periodizzazione adottato dal Knutzen per la storia della filosofia ci sembra confermi l'idea di un interesse non occasionale del suo autore per questa disciplina: pur nella evidente derivazione di elementi dello schema da una tradizione storiografica già collaudata, in questo indubbiamento si trova però anche, per gli elementi di novità e per la completezza dell'ampianto, la traccia d'una rimediazione personale della materia storiografica, ed una certa consapevolezza dei problemi relativi a questa disciplina. (MICHELI, 1980, p. 33).

O esquema exposto acima era comum e ao mesmo tempo obrigatório entre os docentes que lecionavam as disciplinas de filosofia, quase sempre composto de uma introdução geral e também panorâmica de cada assunto tratado na sala de aula. Esses modelos não continham uma exposição exaustiva dos conceitos filosóficos, muito menos um método adequado no qual a história da filosofia pudesse ser concebida de maneira mais sistemática, mas eles significaram uma tentativa mais ou menos adequada para a prática de uma historiografia filosófica. É sobre isso que falaremos no tópico seguinte.

## 2.1. A história da filosofia nos séculos XVII e XVIII

A história da filosofia praticada por Knutzen em Königsberg fazia parte de uma grande tradição de historiadores desenvolvida nas universidades naquele tempo. Kant participou desta tradição, na medida que impunha o mesmo método nas disciplinas que lecionava, mas antes dela um outro modelo esquemático também contribuiu em favor da pesquisa filosófica e da reunião do conhecimento. No século XVI e até meados do XVII, havia na Europa um gênero literário muito importante conhecido pelo nome de *Polyhistory*. Tratava-se de obras que procuravam reunir de maneira sistemática e erudita os diversos ramos do conhecimento humano. Dentre os mais influentes da polihistória foi Georg Daniel Morhof, que publicou uma obra muito conhecida na época, intitulada *Polyhistor, literarius, philosophicus et practicus* na cidade de Lubeca nos anos de 1682 e 1692. Nela, havia um sistema completo de todo o conhecimento produzido até praticamente meados do século XV. Era uma obra

de caráter extremamente enciclopédico que, segundo Micheli (1980, p. 37), “[...] fu sicuramente conosciuta da Kant, sia perche egli la cita in suo appunto, o in più occasione fa riferimento alla nozione di ‘poliistoria’”. Até o final do século XVII, a obra de Morhof foi de fato um manual precioso e ao mesmo tempo engenhoso que procurara sistematizar basicamente todo o conhecimento já produzido pela literatura até a sua época.

Até o início do século XVIII a poli-história foi muito difundida entre os estudantes universitários; contudo, já na Prússia desta mesma época, outro gênero historiográfico começava a se desenvolver e a ser colocado em prática. Foram os chamados *manuais de história da filosofia*, que procuravam abordar um panorama histórico e geral relacionado cada área do conhecimento filosófico. Entretanto, os manuais não pretendiam apenas caracterizar o “já feito” ou o “já produzido” de cada ramo do conhecimento, mas também procuravam abordar e fornecer uma avaliação interpretativa com relação a cada área produzida na filosofia. Mesmo mantendo como estrutura uma forma propedêutica e didática para o ensino das disciplinas, os manuais foram muito importantes para a tradição historiográfica do período.

Além da sua forma particularmente didática destinada ao ensino universitário, os *manuais* também carregavam em certa medida um forte interesse teológico e pietista, pois a maioria dos manualistas em geral era constituída de extremados difusores da filosofia leibniziana e wolffiana. Mas pelo método ou pela concepção adotada, eles proporcionaram uma grande contribuição para as produções historiográficas em filosofia. Neles, já encontrávamos não só uma exposição biográfica dos filósofos como também pequenos esboços das doutrinas e sistemas filosóficos. O primeiro grande historiador da cultura prussiana, autor muito difundido entre os intelectuais, foi Johann Jakob Brucker, que publicou obras de grande repercussão, dentre elas, *Kurze fragen aus der philosophischen Historie vom Anfang der Welt bis auf unsere Zeiten, mit ausführlichen Anmerkungen erläutert* (1731-36), uma grande história da filosofia organizada em nove volumes, e a *História critica Philosophiae a mundi incunabulis ad nostram usque aetatem deducta*, publicada em cinco volumes na cidade de *Leipzig* no ano de 1747.

Esses modelos, historiográficos e ao mesmo tempo didáticos, ofereciam um quadro histórico para cada disciplina universitária, dando aos alunos um panorama geral a cada área abordada do conhecimento. Sabe-se também que Christian Thomasius publicou em 1688 um manual de lógica cujo primeiro capítulo continha uma exposição introdutória sobre a história da filosofia. A obra foi intitulada pela tradução alemã de *Einleitung zur Hoff-Philosophie* cujo conteúdo foi muito importante para a historiografia filosófica. Na explicação de Micheli:

Queste 'storie generali della filosofia', non solo i 'manuali' del Brucker, ma anche quelli di chi lo aveva preceduto e ne aveva preparato l'opera, generando anche quel bisogno cui il Brucker dava risposta, ebbero tutte una straordinaria diffusione, come è provato dalle numerosissime edizioni della più parte di questi scritti, diffusione determinata anche dal fatto che l'insegnamento della 'storia generale della filosofia' legato già dal Thomasius al corso di Logica, a quei tempi il più seguito e il meno specialistico fra gli insegnamenti impartiti nella facoltà 'filosofica', di fatto finì con l'interessare la generalità degli studenti quale che fosse l'indirizzo dei loro studi. (MICHELI, 1980, p. 46, grifo do autor).

Percebemos que durante a formação intelectual e acadêmica de Kant houve uma influência considerável dos manuais nos estudos que ele empreendeu, seja na sua relação direta nas aulas que participava, ou da sua participação direta ou parcial nas questões que envolviam o tema da história da filosofia, principalmente daqueles intelectuais com os quais Kant se relacionava. Foi em meio a esse panorama histórico-filosófico, inserido numa época da qual também participavam as luzes da razão sobre a influência da filosofia leibniziana, que o autor inicia a sua grande carreira acadêmica como docente e pesquisador na universidade.

## 2.2. A história da filosofia nas *Vorlesungen* de Kant

Após a sua formação no ambiente universitário, Kant inicia a sua atividade como docente (*Magister*) no ano de 1755. No início deste período, seus cursos se dirigiam inteiramente aos ensinamentos da lógica, da matemática e da metafísica. Mas, naquele momento, o motivo maior que levava

Kant a lecionar na universidade não era somente pelo fato de gozar uma vida sedentária e intelectual, mas para garantir sua sobrevivência e suprir suas necessidades. No entanto, desde então já era notado como excelente docente e também portador de um vasto conhecimento. Como afirma Micheli (1980, p. 57), “la fama di cui Kant all’inizio del suo magistero privato meritamente già godeva, determinò fin dal principio una notevole affluenza di studenti alle sue lezioni”. Com efeito, nota-se que o primeiro interesse particular que Kant teve com relação à história da filosofia foi durante o período em que lecionou os cursos de lógica, cuja referência encontra-se sobretudo nas reflexões sobre lógica (*Reflexionen zur Logik 1635*). Nelas, ele procurava abordar não só uma história geral da filosofia como também proporcionava de maneira propedêutica um breve esboço sobre a história da lógica.

Nessas lições Kant apoiava-se nos esquemas de dois importantes autores da tradição manualística. O modelo adotado por ele estava relacionado com os manuais de lógica de Meier<sup>9</sup> e com a obra histórico-filosófica de Gentzken<sup>10</sup>, sendo este um dos principais seguidores de Christian Thomasius. Tendo como suporte investigativo os textos desses autores, Kant apoiava-se na concepção de que a filosofia já havia sido iniciada nas civilizações orientais<sup>11</sup>. Pois, segundo ele, o primeiro grande momento da filosofia, fazia parte daqueles povos não gregos; a outra, seguidamente, referia-se a filosofia pré-socrática. Mesmo considerando a respectiva divisão traçada por ele com relação à história da filosofia, a concepção a respeito disso ainda era muito escassa do ponto de vista sistemático e conceitual. Porém, como veremos mais adiante, essa idéia será completamente abandonada por Kant, sobretudo em virtude do amadurecimento de suas reflexões filosóficas.

Durante o período de 1762-64 já era possível notar uma grande mudança com relação às reflexões de Kant sobre a filosofia. Tudo o que sabemos sobre as disciplinas daquela época é devido aos manuscritos de Herder, sendo este um aluno que participou dos cursos de lógica do filósofo ao longo desse período. Neste caso, como já consta nas *Nachschriften*

---

<sup>9</sup> Cf. MEIER, G. F. *Auszug aus der Vernunftlehre*, publicado no ano de 1752.

<sup>10</sup> Cf. GENTZKEN, F. *Historia philosophiae*.

herderianas<sup>12</sup>, Kant já apresentava uma visão da história da filosofia cuja origem era fixada a partir dos gregos. Essa mudança parece ter acontecido pelo fato do filósofo ter conhecido nesses anos as obras de Christoph August Heumann<sup>13</sup>. Afirmava ele que não havia ainda uma filosofia no seu sentido próprio antes dos gregos, pois, antes deles, nenhuma sociedade havia alcançado as condições necessárias para o desenvolvimento completo do intelecto. Segundo Heumann, o afloramento da filosofia havia iniciado justamente na Grécia porque os cidadãos atingiram naquela época um grande avanço político e cultural, gozando de uma enorme liberdade para a produção das artes e para o exercício da própria razão.

Nel *Conspectus*, che fu, forse, la fonte da cui Kant trasse questa sua teoria, lo Heumann individuava proprio nella 'libertà' politica e civile di cui godevano i Greci la causa prima del sorgere presso questo popolo delle arti della cultura: nei 'liberi' stati repubblicani della Grecia classica, e proprio per il loro regime di grande libertà politica, il possesso dell'eloquenza procurava onori, ricchezze e potere, e questo avrebbe stimolato, secondo lo Heumann, i figli dei liberi cittadini [...]". (MICHELI, 1980, p. 71, grifo do autor).

É por meio desta abordagem que Kant adota a concepção de Heumann acerca do surgimento ou origem da filosofia. Porém, já é na *Lógica Jäsche*, que ele oferece uma explicação especulativa para a determinação e alcance de uma razão filosófica, isto é, da sua característica produtiva por excelência. Como lá se vê, o conhecimento filosófico surgirá, mediante a sua faculdade criativa, somente a partir do seu uso especulativo *in abstracto*, isto é, na medida que a razão começa a fazer tentativas de querer conhecer o *universal* mediante conceitos. Por outro lado, um conhecimento *in concreto* jamais poderia ser de tipo filosófico, pois ele apenas se caracterizaria no uso comum da razão, ou seja, não de maneira sistemática e conceitual. É assim que, “dentre todos os povos, pois, os gregos foram os primeiros a começar a

---

<sup>11</sup> A divisão histórica da filosofia concebida pelos filósofos e pesquisadores na segunda metade do século XVIII, ainda tinha como modelo esquemático as teorias de Morhof e de Brucker, autores aos quais já nos referimos anteriormente.

<sup>12</sup> As *Vorlesungen* de lógica e de metafísica ministradas por Kant neste período semestral de 1762 à 1764 são unicamente conhecidas pelas anotações de Herder intitulada de *Auf Grund der Nachschriften Johann Gottfried Herders*.

<sup>13</sup> Cf. HEUMANN, C. A. *Act philosophorum, conspectus reiublicae literariae*.

filosofar. Pois eles foram os primeiros a tentar cultivar os conhecimentos racionais, não tomando as imagens por fio condutor, mas *in abstracto* [...]”. (KANT, 1992, p. 44). Essa abordagem não só ajuda a compreender a possibilidade do conhecimento filosófico, como também nos mostra a tentativa de Kant conceber a filosofia já como um sistema<sup>14</sup>, ou seja, inserida na *arquitetônica* do conhecimento, cujos esquemas não perfazem mais uma *rapsódia*, mas uma unidade no sistema articulado da filosofia.

Já nos cursos de metafísica ocorridos nos anos de 1762 até meados de 1764, nota-se que o filósofo adota um modelo totalmente diferente daquele encontrado nos cursos de lógica. Nesses cursos, Kant não se preocupou com uma história geral da filosofia como costumava fazer, mas de uma história única da metafísica. Nessa época, afirma ele que foram três os momentos pelos quais a metafísica avançou na história. Conforme o seu esquema, a metafísica já existia desde a época de Pitágoras e perdurou naquele momento unicamente como “doutrina”. Ela somente viria a ser considerada como “disciplina” com Aristóteles e mais tarde cultivada pelos escolásticos na Idade Média. Mas foi apenas na era moderna que a metafísica, segundo Kant, torna-se uma “ciência”, ou seja, na tentativa desmedida da razão concebê-la como a única via capaz de inserir o mundo numa ordem divina, também arquitetônica, segundo os propósitos desta providência. No entanto, o termo só viria ter a sua efetividade plena no sistema crítico e propedêutico da razão, ou seja, quando o *juízo* torna-se amadurecido e arquitetônico, pois já é na primeira *Crítica* que Kant determinará, mediante a exposição de um método, a necessidade de uma disciplina que orientasse a razão, ou seja, de um método que pudesse evitar os erros e a presunção dela própria ultrapassar os seus limites. Como lá está<sup>15</sup>:

---

<sup>14</sup> Essa idéia torna-se mais madura já no período crítico da época com a publicação da primeira *Crítica*. Para isso, cf. KANT, I. *KrV* B 861. *A arquitetura da razão pura*. In: *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Onde, porém, nem a intuição empírica nem a intuição pura mantêm a razão em trilhos visíveis, a saber, em seu uso transcendental segundo meros conceitos, *ela tanto necessita de uma disciplina que dome a sua tendência de estender-se para além dos estreitos limites da experiência possível*, mantendo-a afastada de extravagâncias e do erro, que também toda a filosofia da razão pura se ocupa unicamente desta utilidade negativa. (KANT, 1983, p. 351, grifo nosso).

A respeito do alcance conceitual e estrutural do termo “disciplina” compreende-se, ainda que seja sob a égide da *Crítica*, o estabelecimento de um conjunto de regras para o desenvolvimento da razão ou da própria metafísica. Esse método investigativo torna-se uma característica importante, pois “si tratta, infatti, del tentativo di rispondere al bisogno di una pietra di paragone, almeno negativa, della verità, necessaria in tutti i settori della filosofia, ma soprattutto in metafisica per la naturale disposizione della ragione alle ricerche in questo campo”. (MICHELI, 1980, p. 81) Como se vê, mesmo diante de um fundamento metafísico na aquisição do conhecimento, não se descarta a hipótese, agora assaz necessária, da aquisição de um “método” para a filosofia e para o criticismo em geral, pois é ela que, na primeira *Crítica*, nos fornece uma pedra de toque na atribuição de um conhecimento *a priori* e independente de qualquer experiência, seja ele na função estrutural e arquetônica das faculdades, ou para uma razão que é histórica ou filosófica.

Tal período da vida de Kant provocou uma grande mudança nas suas reflexões filosóficas. Neste momento, o tema central das suas investigações passou a ser unicamente o problema da metafísica. Suas reflexões se direcionavam neste caminho já pelo fato dele não conceber nesses anos a possibilidade de um fundamento científico para a metafísica; pois, de acordo com Micheli (1980, p. 87), “[...] egli confessava di non trovare allo stato attuale di questa scienza, ‘nulla di più conveniente le presunte vedute’ [...]”. O fato de não encontrar um fundamento científico para a metafísica o faz duvidar do próprio método empregue nela mesma. É esta inconsistência que o faz pensar,

---

<sup>15</sup> Cf. Ibid. *Doutrina transcendental do método*. In: *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (CRP B 735/740).

neste sentido, numa crítica da razão, pois neste período já era inegável que, para Kant, a metafísica representava “[...] um campo de batalha mui propriamente destinado a exercitar suas forças no combate simulado, campo onde ainda combatente algum conseguiu conquistar para si o menor lugar e fundar uma posse duradoura sobre essa vitória”. (KANT, 1983, p. 12).

É por meio dessa problemática que se observa mais precisamente que a crítica kantiana da razão não é exclusivamente uma crítica das doutrinas ou dos livros, mas da faculdade do conhecimento. É um método investigativo das possibilidades e das condições de conhecimento através de uma base propriamente transcendental, ou seja, de um método que nasce da própria constatação do fracasso da metafísica como sistema. O insucesso corrente da metafísica ocorreu porque na “infância da filosofia”, dizia Kant, os homens iniciaram a investigação num ponto que deveria ser o último, fazendo da especulação filosófica um “teatro de disputas” entre idealismo e empirismo. No entanto, é certo que “l’idea della critica della ragione trae la sua origine, dunque, proprio dalla coscienza del legame che unisce indissolubilmente la metafisica alla sua teoria”. (MICHELI, 1980, p. 88). É por meio desta habitação que nascerá, aliás, a possibilidade da filosofia crítica, um ideal que prescreverá o plano e a execução do edifício mesmo do conhecimento e das capacidades reais da razão humana.

Mas o fato de Kant já compreender nesta época de que a metafísica, por mais sedutora que seja, ainda não obtera uma moradia estável, isto é, uma habitação ainda não sedimentada, fez também o filósofo considerar o método *zetético* como o mais apropriado para a investigação filosófica. Pois, neste caso, enquanto o conhecimento não se estabelecia propriamente, o método cético, aquele que mais se aproxima da *sképsis* filosófica, torna-se o mais adequado na investigação teórica ou especulativa, prescrevendo à razão o estabelecimento de uma disciplina. Kant não chegou a conhecer diretamente as obras do ceticismo antigo, mas, ao que parece, ele as conheceu apenas através dos céticos modernos e muito provavelmente pelas obras de Brucker. As anotações de Micheli mostram que “[...] Kant distingueva fra *scepticismus dogmaticus* e *scepticismus criticus* e la stessa preferenza accordata da principio al termine zetetico che fino al 1770 è senz’altro preferito al più

compromesso termino scetico [...]”. (1980, p. 115). É por meio desta distinção, estabelecida exclusivamente entre ambas, que a idéia de uma crítica se fortalece na razão, não só para completar o edifício arquitetônico do conhecimento, mas para resolver o conflito das filosofias até então, ou seja, daquelas que não conseguiram erigir para si um fundamento mais seguro e confortável na república da razão. É por meio desta constatação, quando o juízo enfim torna-se amadurecido, que a crítica exerce o valor que lhe foi destinada, isto é, a de fazer propriamente uma propedêutica, e esgotar em definitivo o conflito sempre existente na filosofia.

### **3. A história da filosofia no sistema *arquitetônico* da razão**

Diante das teses enunciadas acerca da possibilidade de um sistema racional n'A *Arquitetônica da razão pura*, penúltimo capítulo da *Crítica*, poderemos então, a partir delas, compreender como a filosofia constitui uma ciência filosófica, ou como ela, na sua constituição, prescreve um sistema, antes de tudo orgânico, à história da filosofia. É somente lá, como veremos, que ela é posta sob o prisma de uma totalidade arquitetônica, já que, para Kant, a filosofia é “[...] o sistema de todo o conhecimento filosófico”. (KANT, 1983, p. 407). Esta afirmação não é uma conclusão meramente casual, mas pode ser o ponto de partida de toda a exposição kantiana acerca de uma perspectiva inteiramente transcendental da história da filosofia, ou seja, de modo que se possa compreendê-la na sua sistematização ou no conjunto propriamente dito das faculdades de conhecimento, pois, como aqui se verá, é a partir deste ideal que a filosofia se desenvolve e se estabelece como forma sistemática<sup>16</sup> (*systematische Gestalt*) para uma razão em constante desenvolvimento.

A idéia de “sistema” em Kant é apresentada pela primeira vez numa correspondência endereçada a Marcus Herz no ano de 1777. Nela, o filósofo admite que antes da sua maturidade intelectual a sua filosofia era dispersa e cumulativa, ou seja, encontrava-se desprovida de qualquer elemento que formasse um sistema na articulação do conhecimento. Porém, o resultado de vários anos de estudo levou-o à “idéia do todo” (*Idee des Ganzen*), antes de tudo harmônica ou arquitetônica, na elaboração de um sistema filosófico. Com efeito, isso nos mostrará que, na consecução deste edifício, a idéia de sistema é uma espécie de *generatio aequivoca*, isto é, nascida na razão a partir de um

---

<sup>16</sup> A possibilidade da filosofia como sistema, que Kant expõe no capítulo sobre “A arquitetônica da razão pura”, terá uma relação direta e determinante com o termo também cunhado por ele de *arqueologia filosófica*, tal como se o vê n'*Os Progressos da metafísica* (1804). Esta relação, aliás, além da sua extrema importância no cenário filosófico kantiano, será o ponto crucial que determina a concepção de uma história filosofante da filosofia.

*germe originário*.<sup>17</sup> A natureza deste processo significará justamente a passagem do pensamento cumulativo para o pensamento sistemático e orgânico, tanto na filosofia como na história, isto é, de uma razão que é biológica ou filosófica nos progressos e no fim que ela deve necessariamente alcançar. Esta concepção nos mostrará que a filosofia não é um ato imediato da intuição, mas que ela se move por meio de um princípio que busca sempre a organização sistemática do conhecimento.

Nas obras de Kant, mais especialmente naquelas da época crítica, a idéia de sistema passou a ser uma característica constante nas reflexões do filósofo e para a propedêutica da razão. Ela se torna a marca substancial da especulação filosófica, a forma irrevogável de uma futura filosofia que une indissolavelmente, na idéia do todo, as faculdades de representação humana com as fontes originárias do conhecimento. Assim afirmava Kant numa carta a Garve em 1783, logo após a publicação da primeira *Crítica*: “[...] de fato, eu presumo demonstrar formalmente que nem mesmo uma proposição autenticamente metafísica pode ser apresentada separada do todo [...]”. Este princípio torna-se, a partir daí, ainda que sob a égide da crítica, a idéia reguladora de toda a filosofia, seja ela no sistema da razão, ou na apreciação posterior de uma historiografia filosófica, pois para se constituir um fim, seja na filosofia ou na história, uma arquitetônica da razão torna-se necessária, não apenas para a investigação especulativa, mas também para a interpretação das filosofias do passado.

É por meio do princípio construtivo da razão, isto é, o da arquitetônica, que Kant pode apresentar-nos, segundo os esquemas da razão, a possibilidade de uma história *a priori* da filosofia, que une incontestavelmente o sistema com o fim capital e necessário do desenvolvimento racional. É uma abordagem que não perfaz o caminho de uma *rapsódia*, nem exclui a história da própria filosofia, pois, na idéia do todo, este princípio “[...] tem que constituir um sistema unicamente no qual é possível sustentar e promover os fins essenciais da razão”. (KANT, 1983, p. 405). Neste sistema, o todo é articulado e sempre cresce internamente, de dentro para fora, como se fosse o

---

<sup>17</sup> Cf. Kant, I. *A arquitetônica da razão pura*. In: *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (B 863).

desenvolvimento de um organismo, da qual, segundo Kant, nasce a partir de germes existentes na razão. Várias são as metáforas que o filósofo utiliza na consecução pertinente de uma filosofia sistemática, ou seja, que esteja integrada no sistema arquitetônico da razão, fornecendo-nos assim uma interessante relação entre a história da filosofia e as analogias biológicas, até o momento, essenciais na explicação e concatenação desse todo.

O uso da metáfora arquitetônica é muito expressivo na filosofia kantiana, talvez a imagem construtiva que mais representa o caráter sistemático e propedêutico da razão. É a idéia geradora e ao mesmo tempo dinâmica das faculdades de conhecimento, o *analogon* da vida, que não só representa a construtividade das idéias e conceitos na correspondência entre sensibilidade e entendimento, como também nos fornece o estabelecimento de uma moradia segura e ao mesmo tempo eficaz para a produção de uma filosofia ou de uma história filosófica integrada no sistema da razão. Tal princípio não abrangeria sistematicidade se ela não integrasse, nesta mesma arquitetônica, o reino dos fins, cujas partes não estão separadas do todo, nem esta das respectivas partes, que compõem ou configuram o ideal arquitetônico e sistemático da razão. O que esta relação nos garante é antes o estabelecimento autônomo na idéia do todo, da composição orgânica e sistemática do conhecimento, cujos materiais não perfazem mais uma *rapsódia* cumulativa, mas uma recíproca influência entre razão histórica e filosófica, que une, segundo Kant, a teleoformidade<sup>18</sup> (*Zweckmässigkeit*) das faculdades no entendimento arquitetônico do conhecimento<sup>19</sup>.

O pressuposto arquitetônico da razão, além de fornecer a vantagem de uma moradia segura para o conhecimento, ainda nos proporciona, para a investigação filosófica, um terreno firme e duradouro na consecução deste edifício. Ela, outra coisa não seria do que a terra da verdade, proporcionando-nos paz e segurança na república da razão. Segundo Kant, é este o papel que

---

<sup>18</sup> O termo alemão *Zweckmäßigkeit*, habitualmente traduzido por “conformidade a fins” na edição luso-brasileira da *Crítica do Juízo*, cuja referência apóia-se em parte na observação latente de Valério Rohden aos termos latinos utilizados por Kant, encontra uma amplitude mais elucidativa em Leonel Ribeiro dos Santos, que traduz o mesmo por “teleoformidade”, encontrando nela um uso mais adequado na apreciação sistemática e arquitetônica da filosofia kantiana em geral.

<sup>19</sup> Cf. LEONEL, R. *Da arquitetônica da razão à razão arquitetônica*. In: *Metáforas da razão*. Lisboa: Fundação Calouste, 1994, p. 349-402.

desempenha a *Crítica*, seja ela na sua função propedêutica e preliminar do conhecimento, ou no recolhimento dos materiais para a constituição ou elaboração desta arquitetura racional. Esta imagem arquitetural da filosofia simboliza não só o caráter sistemático ou estrutural que é a crítica da razão pura, como também reflete o decurso da experiência filosofante e pessoal de Kant, que se inicia na forma caótica ou desordenada do seu pensamento (diretamente influenciado pela filosofia leibniziana e wolffiana), e termina com a consecução ou elaboração da arquitetônica crítica, também sistemática, da razão.

O decurso desta experiência filosófica, no qual a *Crítica* exerce valor propedêutico na arquitetônica da razão, oferece a Kant não só o estabelecimento de uma moradia segura para o conhecimento, cujo fundamento outra coisa não é do que a metafísica, como também a inserção, assaz importante, de uma reflexão antes de tudo sistemática, do decurso histórico ou das experiências filosóficas que se constituíram no passado. De uma filosofia inorgânica ou desprovida de forma, cujas partes não haviam ainda se constituído plenamente ou sistematicamente na idéia do todo, mas em germes, cujo impulso, ainda desforme, ao menos representa a centelha necessária para o seu desenvolvimento. Só depois de completada a tarefa, ou seja, da elaboração e constituição do edifício do conhecimento, que a filosofia alcança a dignidade tão esperada, ou seja, a fundamentação de que mais precisava, mas, mesmo que o caminho percorrido seja esse, “só depois de completada e uma vez exposta a obra da razão, pode esta última abranger com um olhar reflexivo todo o caminho percorrido [...]” (LEONEL, 1994, p. 356)

<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Neste caso, ou seja, no decurso da experiência filosofante de Kant, Leonel não nega que haja uma fenomenologia exposta na obra mesma da razão, que inicialmente começa na forma caótica e termina na fase já arquitetônica ou sistemática da filosofia. Como diz, “neste processo constam três fases: a fase *rapsódica* ou *caótica*, da acumulação e agregação empírica e avulsa dos materiais; a fase *técnica*, da distinção, classificação e arrumação dos materiais acumulados e recolhidos, segundo princípios empíricos ou princípios gerais mais ou menos arbitrários; finalmente, a fase *arquitetônica*, quando, do trabalho do espírito sobre os materiais acumulados pela sensibilidade e tecnicamente classificados e organizados pelo entendimento, a razão, ou melhor, a faculdade de julgar reflexionante surpreende a idéia que permite compreender o todo, o unifica e lhe dá consistência e autonomia”. (LEONEL, 1994, p. 357, grifo do autor).

A imagem arquitetural desta razão talvez seja a metáfora simétrica mais ideal caracterizada na filosofia kantiana, cujo terreno, segundo Kant, nenhuma outra filosofia conseguira alcançar. O espaço arquitetônico desta estrutura não é algo meramente estático, como se fosse a determinação de uma idéia fixa, mas antes uma edificação que abrange mobilidade e diversidade no sistema da razão, não como construções isoladas uma da outra, mas em permanente devir, embora conflituoso, nas questões que sempre afligiram a filosofia. De uma consecução, antes sistemática, que veste a imagem de um organismo, proporcionando-nos autonomia e maturidade no desenvolvimento da razão, que nasce ainda em germes e desforme no seio da natureza, mas que busca ou integra o reino dos fins, sempre essenciais nos interesses teóricos ou práticos da razão, em suma, dada pela faculdade reflexionante do juízo teleológico, mas no decurso da própria história, que é em si filosófica ou transcendental.

O que temos então, não é apenas uma imagem geométrica da razão, construída ou reconhecida nas fórmulas da matemática cartesiana, ou seja, na do relógio, cujas engrenagens dependem concomitantemente uma da outra na configuração estrutural do mundo, mas na do arquiteto, que não só exprime segurança e conforto na moradia, como também representa nesta consecução a lógica do vivo, em suma, o *analogon da vida*<sup>21</sup>, de uma razão orgânica ou biológica. O elemento mais primordial deste princípio não é unicamente mecânico ou geométrico, como se fosse parte constitutiva da máquina do mundo, pois esta não nos daria a autonomia necessária no estabelecimento de uma razão inserida no sistema da *epigênese*<sup>22</sup>, como estabelecera Kant na

---

<sup>21</sup> Percebemos concomitantemente que é muito usual, na filosofia kantiana, o uso das metáforas ou imagens que se conciliam com a vida dos produtos organizados da natureza, cada um deles em perfeita harmonia na consecução das partes com o todo, ou seja, na teleformidade do juízo reflexionante, ou da faculdade de julgar reflexiva. Por isso não é estranho afirmar que a filosofia, na sua concatenação sistemática, se corresponda a este *analogon*, impulso que gera ao mesmo tempo vida e autonomia no edifício arquitetônico da razão. Nesses termos Kant nos diz: “um ser organizado é por isso não simplesmente máquina: esta possui apenas força motora *bewegende*; ele pelo contrário possui em si força formadora *bildende* e na verdade uma tal força que ele comunica aos materiais que não a possuem – mas na sua explicitação diz ele – talvez adquiramos uma perspectiva mais correta desta propriedade impenetrável se a designarmos como um *analogon da vida*”. *CFJ* § 65 B 293.

<sup>22</sup> O sistema filosófico de Kant, quando apoiado no conceito da *epigênese*, encontra a sua maior referência nas teses de Blumenbach, grande biólogo e teórico da natureza no século XVIII. Criador da teoria epigênica da natureza, cujo fundamento no organismo era o impulso para o desenvolvimento, negava a teoria da pré-formação, da qual todas as coisas na natureza

crítica sistemática do conhecimento, mas na do próprio organismo, seja ela na filosofia ou no decurso da própria história, que outra coisa não é do que o desenvolvimento epigênico das partes ou membros constitutivos de um todo, gerando enfim, paz e conforto no edifício arquitetônico da razão.

Erigir um fundamento sobre o qual a filosofia pudesse se apoiar não foi uma tarefa de fácil completude para a razão, pois o material recolhido ainda não era suficiente para elaborar um terreno seguro na construção arquitetônica da filosofia, que se apresentava aos olhos de Kant numa completa ruína. Na sua infância, ou mais precisamente no período inicial do seu desenvolvimento epigênico, a razão confiou em demasia no sucesso ou avanço conquistado por ela, mesmo em detrimento de uma metafísica dogmática ou impositiva. Na sua adolescência imperou-se a dúvida, e o reconhecimento de que ela era impotente nas questões que mais afligiam a filosofia. Neste momento, tornou-se ela cética e incapaz de progredir no caminho do conhecimento. Mas, se antes a razão era apenas um embrião, ou seja, um germe inserido no sistema da epigênese, agora “o terceiro e mais recente passo que a metafísica deu e que deve decidir o seu destino – diz Kant – é a própria crítica da razão [...]”. (1995, p. 18). É antes a sua função propedêutica e preliminar que nos oferece segurança e solidez na moradia da razão, o último passo que a metafísica deveria realizar, seja ela em nome da filosofia ou no reconhecimento histórico de uma razão que é orgânica e arquitetônica no decurso do seu desenvolvimento.

É depois da crítica da razão, ou seja, depois que o juízo torna-se amadurecido e reconhece a sua verdadeira habitação nos fundamentos sólidos da metafísica, que o conhecimento, após ter percorrido uma longa excursão filosófica, torna-se arquitetônico, proporcionando-lhe paz e segurança na sua moradia. Embora a filosofia não tenha adquirido promessas mais duradouras no decurso da história, cujo edifício não conseguia se sustentar sob bases sólidas ou exercer para si o mínimo domínio das suas respectivas faculdades, viu-se ela na necessidade, assaz essencial, de continuar o caminho, ainda que difícil, no estabelecimento seguro de uma habitação, isto é, de uma sede, que

---

encontravam-se prontas e acabadas. Os elementos mais significativos dessa teoria encontram-se no *Handbuch der Naturgeschichte* (Göttingen, 1779) e no *Über den Bildungstrieb und das*

pudesse proporcionar conforto e segurança na arquitetonicidade da razão. Numa palavra, “[...] a Crítica expulsa da casa da razão tanto as ‘aranhas’ (os dogmáticos) que a enleiam com as suas teias, como os ‘silvanos’ (os cétricos) que a ensombram e delapidam”. (LEONEL, 1994, p. 393). Neste meio, a história busca a sua habitação comum e fortifica-se no juízo crítico da sua época, oferecendo-lhe elegância e conforto na constituição deste edifício, paz e segurança na configuração arquitetônica e teleológica da razão.

Esta congruência não é apenas uma ordem funcional e operante das faculdades de conhecimento, mas da relação própria da razão com a natureza, da sua concepção biológica e da sua íntima conexão no reino dos fins, pensados mediante a faculdade reflexionante e teleológica explicitada na terceira *Crítica*. Este princípio, o único que restava no sistema, não é mais aquele do juízo determinante, do qual se pensava a finalidade na congruência mútua e sistemática das leis do entendimento com as intuições da sensibilidade, mas o da reflexão, utilizado na apreciação dos produtos organizados na natureza. Ele nada nos diz sobre a índole do objeto, mas nos serve como fio condutor na apreciação ou reflexão dos produtos da natureza, ou seja, pensada pela faculdade de julgar na conexão sistemática e arquitetônica da razão. Nesses termos, se Kant pressupõe uma história sistemática ou filosófica da filosofia, constituída não numa *rapsódia* mas no sistema propriamente dito da razão, então é somente pela reflexão mútua da faculdade de julgar que se alcança a unidade arquitetônica esperada, de uma história orgânica e estrutural da filosofia, cuja idéia só é determinada com o estabelecimento crítico da época, isto é, na medida que o juízo torna-se amadurecido na propedêutica da razão.

Kant afirma que a filosofia é o sistema de todo o conhecimento filosófico, mas nos diz que ela não é constituída desde o princípio, pois esta idéia jaz oculta em nós, isto é, como se ela ainda não estivesse determinada na razão. Ela faz parte de um desenvolvimento, de algo que sucede como *generatio aequivoca* e que age de acordo com fins necessários. É só assim que a filosofia constitui um sistema, muito embora na história ela tenha ocorrido sempre de maneira *rapsódica* ou permanecido na via empírica. É como se a

razão recolhesse, aos poucos, os materiais suficientes na estruturação deste edifício, sistemático e arquitetônico, conciliando, por assim dizer, o sistema da razão com a interpretação das filosofias do passado. Uma não exclui a outra, oferecendo-nos uma grande oportunidade de compreender como a história pode ser encarada do ponto de vista da natureza da razão, ou seja, de uma maneira inteiramente transcendental.

Neste caso, observaremos que há uma semelhança incomparável entre organismo e sistema, que eles não estão separados um do outro, agindo sempre de acordo com os fins necessários, e contribuindo, mediante a forma, no desenvolvimento arquitetônico da razão. Esta relação se articula na idéia do todo, e outro propósito não teria se não fosse pela apreciação da imagem do organismo, ou seja, da lógica do vivo, a grande viragem epistêmica ocorrida na filosofia kantiana, nos oferecendo o reflexo ideal de uma unidade sistemática. Se é assim que se compreende a formação de um sistema, isto é, como se fosse a constituição de um organismo, então poderemos compreender como a filosofia se encaixa na formação desse todo, não de modo coercitivo ou fragmentado, mas como algo pertencente à unidade sistemática de uma razão que se desenvolve em germes como teleologia humana do conhecimento. É por meio deste ideal, presente desde sempre na especulação filosófica, que uma história da filosofia *a priori* encontra a sua dignidade, mesmo que este princípio, na forma da simples idéia, tenha permanecido durante muito tempo oculta em nós.

É a partir daí que aparece o interesse primordial da razão, isto é, de desenvolver-se na teleologia humana do conhecimento e constituir ela mesma, na idéia do todo, uma arquitetônica sistemática e racional. Para Kant, este princípio está fundado inteiramente na faculdade humana de conhecer, mas sempre presente na forma de germes, característica essencial para o desenvolvimento da filosofia e da história, que só encontra um fim constituído com o estabelecimento da crítica da razão. Esta finalidade, ou antes, a completude mesma deste sistema, é uma determinação *a priori* da razão, mas sempre sob o governo deste princípio regulador, que une as partes na forma do todo e constitui na filosofia aquele fim determinado, unindo a razão

interpretativa com a especulação filosófica propriamente dita, ou seja, tornando indissolúvel a história dos progressos reais do conhecimento teórico ou prático.

Depois da crítica da razão, quando a filosofia tornou-se uma ciência, Kant investigou na *Doutrina transcendental dos elementos* a constituição e a decomposição dos princípios que emanam da razão. Foi de tal forma que ele, na *Doutrina transcendental do método*, procurou estabelecer as condições necessárias para a formação do sistema completo da filosofia, um ideal que prescreve ao conhecimento especulativo uma sistematização articulada e ao mesmo tempo coerente. É por isso que o conceito de *arquitetônica*, com o qual nos ocuparemos agora, se relaciona com a idéia verdadeiramente filosófica de uma história da filosofia, pois não se trata aqui de um conhecimento empírico ou rapsódico estabelecido alheamente, mas da idéia de que a razão é de natureza teleológica buscando sempre um fim correspondente para a sistematização dos conceitos produzidos na história. Compreenderemos, com isso, que a “filosofia é uma simples idéia de uma ciência possível que não é dada em parte alguma” (KANT, 1983, p. 407), mas é sempre mediante o propósito de um fim (*Zweck*) que a razão se manifestará na constituição definitiva de uma crítica.

É diante do pressuposto de uma razão arquitetônica que figura o motivo conciliador da filosofia com o sistema do conhecimento *in abstracto* em oposição ao chamado uso comum do mesmo. Isso significa que a razão filosófica não é desprovida de uma unidade sistemática ou *orgânica* para a sua constituição definitiva. Se não houvesse uma tal sistematização, não haveria a possibilidade de um conhecimento especulativo, pois ela não estaria relacionada exclusivamente com a idéia do todo. É somente neste caso que a filosofia busca o ideal arquitetônico da razão, sem o qual não haveria a constituição definitiva de uma ciência. É assim que, segundo Micheli:

[...] la sistematicità è la vera forma della conoscenza filosofica, per cui comprendere un'opera di filosofia, in quanto opera di filosofia, significa senz'altro saggiarne la compattezza delle parti, coglierne l'unità sistemática, valutarne l'interna coerenza. Non si esclude, evidentemente, che altri livelli di conoscenza siano possibili, forse utili, o anche necessari, ma certamente essi non sono sufficienti perché si realizzi effettivamente quel comprendere che l'opera di filosofia, in quanto tale, e per

l'intenzione di verità che essa sottende, pretende accada. (MICHELI, 1980, p. 219).

É mediante o modelo estrutural e sistemático da *Crítica* que compreendemos o conhecimento na sua ordem arquetônica, ou seja, um princípio que não subjaz na razão sem que antes esteja dada a idéia do todo. Ela é, ao mesmo tempo, a especificidade do conhecimento filosófico e subsiste sempre a partir de uma unidade coerente e articulada. É por meio desse pressuposto que a história da filosofia se relaciona numa ordem à qual ela possa conferir um sistema, pois se trata aqui de descobrir um método adequado e ideal para o desenvolvimento histórico da razão, isto é, para o estabelecimento de uma ordem sistemática que justifique de maneira racional o processo histórico da filosofia.

Se assim é, por que a filosofia para Kant seria definida como um sistema de conhecimento? Qual a sua relação neste caso com a natureza da razão? A resposta para esta encruzilhada é dada a partir da consciência e da natureza crítica da filosofia, pois a partir dela as ciências em geral encontram o fundamento metafísico tão prometido. É somente a partir dela que a filosofia encontra a articulação necessária para o sistema racional das ciências, ou seja, daquela máxima “unidade sistemática” que a razão prescreve ao conhecimento cientificamente dado. É por isso que, “até aqui, tratava-se tão somente de um *conceito escolástico* de Filosofia, ou seja, o conceito de um sistema de conhecimento que só é procurado como ciência, sem que se tenha por finalidade algo mais que a unidade sistemática deste saber [...]”. (KANT, 1983, p. 408, grifo do autor). A unidade da qual se fala aqui é o princípio unificador da filosofia e dos fins essenciais que a razão deve sempre promover.

Compreendemos com isso que a idéia do todo (*Idee des Ganzen*) é a articulação que possibilita a organização e a coerência das partes para a constituição definitiva de um fim sistemático. É o modo pelo qual conferimos à multiplicidade uma unidade sistemática, seja ela com relação aos conhecimentos racionais ou com relação à filosofia propriamente dita. É assim que a idéia do todo se corresponde com as suas diversas particularidades, pois é a partir do princípio arquetônico que a razão promove os seus fins essenciais e nos permite compreender que ela não é a fonte de um

conhecimento meramente rapsódico. O conhecimento sistemático é, portanto, sempre articulado na constituição de uma ciência, já que, por outro lado, “ninguém tenta estabelecer uma ciência sem que lhe subjaza uma idéia”. (KANT, 1983, p. 405).

Micheli compreende que a sistematicidade não pode estar excluída do conhecimento filosófico, pois ela é o princípio que regula todo o pensamento especulativo. Não há conhecimento sem o estabelecimento de uma unidade sistemática, sendo ela o modo pelo qual as partes se correlacionam com o todo. Este princípio é um conceito *a priori* da razão, que fornece à multiplicidade um fim determinado, ou seja, “[...] essa infatti è il principio in virtù del quale soltanto è possibile che un molteplice dato di conoscenze si raccolga nell’unità del sistema, sia un ‘tutto’, costituisca un intero, poiché essa idea del tutto contiene il *fine* [...]”. (MICHELI, 1980, p. 222, grifo do autor). O sistema é, como se vê, o princípio de todo o saber filosófico e a máxima unidade de todo o conhecimento racional.

Compreende-se então que a idéia do todo só se manifesta claramente quando a sistematização da filosofia promove os fins essenciais da razão. Ela, na sua articulação, se aplica a todo o conhecimento especulativo na formação e desenvolvimento de uma totalidade sistemática. Como se verifica, a filosofia crítica cumpre essa tarefa, pois ela é o sistema de todo o conhecimento racional. Ela é um produto da razão humana surgida a partir de um “germe originário” e do qual ela se desenvolve inteiramente como sistema orgânico e teleológico.

Apesar disto, todos possuíam, como um germe originário, o seu esquema na razão, a qual simplesmente se desenvolve. Conseqüentemente, não só cada sistema está por si articulado segundo uma idéia, mas também todos estão por sua vez unidos finalisticamente entre si, como membros de um todo, num sistema do conhecimento humano; isto admite, pois, uma arquitetônica de todo o saber humano que nos tempos de hoje, em que ou já se coligiu material suficiente ou é possível obtê-lo das ruínas de velhos edifícios desmoronados, não só seria possível, mas também não se revelaria tão difícil assim. (KANT, 1983, p. 406).

As expressões “germe” e “organismo”, utilizadas por Kant para a exposição de um sistema, não são meramente noções arbitrárias ou

contingentes, factuais ou abstrusas, mas o *analogon* da vida, ou seja, o ideal de uma razão que ainda não está inteiramente ou completamente desenvolvida. Mas, mesmo como germe, ela “jaz escondida em nós”<sup>23</sup> e se desenvolve como se fosse o crescimento de um corpo animal. Esta explicação, sobretudo metafórica, é essencial para a filosofia kantiana, que não só expressa toda a sistemática das faculdades de conhecimento - cuja idéia sempre necessita de um esquema -, mas também da unidade, antes orgânica, de uma razão histórica ou filosófica. Pois é somente assim que a articulação e a coerência do pensamento (entendimento e sensibilidade) podem se relacionar na idéia do todo e na formação de um conhecimento ao mesmo tempo arquetônico e racional<sup>24</sup>.

Compreender a filosofia de maneira sistemática ou orgânica é o mesmo que concebê-la na teleoformidade da razão, cujo propósito - seja ela no uso teórico ou no uso prático -, não integra apenas uma ordem descritiva, mas como parte integrante do reino dos fins. No entanto, este princípio, sempre fundamental no tecido orgânico ou arquetônico da razão, sempre fez parte ou

---

<sup>23</sup> Cf. *KrV*. (B 862/863).

<sup>24</sup> Chegamos aqui num ponto crucial e ao mesmo tempo determinante da filosofia kantiana, cuja estrutura arquetônica não exclui o uso de metáforas na explicitação de um conceito ou até mesmo de uma filosofia que é em si orgânica e sistemática, não só com relação à conexão das faculdades de conhecimento, mas também de uma concepção biológica ou até orgânica que é a razão, seja ela filosófica ou histórica. O recurso metafórico sempre fez parte, de uma maneira ou de outra, do discurso filosófico ou dos sistemas de filosofia. Leonel Ribeiro dos Santos, em *Metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano* (1994), retoma a validade deste dispositivo lingüístico, cujo recurso, para ele, não é apenas uma expressão contingente ou parcial de uma dada filosofia, mas um meio eficaz para a compreensão do sistema. Acerca da validade conceitual das metáforas, Ribeiro dos Santos (1994, p. 25), então, afirma: “Mas foi sobretudo a consciência estruturalista que veio provar como os conceitos não transitam, sem metamorfose profunda, de uma época para a outra, ou de um autor para outro. Os conceitos dizem respeito a um todo determinado e é por relação a esse todo que adquirem significado. Deslocados para outro sistema, adquirem nova posição relativa, nova função e significado. Cada época tem as suas referências preferidas por relação às quais organiza a sua arquitetura mental, dispondo de um *analogon* privilegiado que vê universalmente reproduzido ou refletido nos mais diversos domínios do seu tecido orgânico, como se se tratasse de um código de imediato reconhecimento e identificação. Esse *analogon* faculta a comunicação dos gêneros, estabelece a mediação universal, permite a conjugação do diverso e até do anômalo segundo a identidade de um paradigma. Assim funcionou o relógio (o protótipo da máquina, cujo movimento de todas as suas peças se dispõe e ordena com vista à produção de um mesmo efeito pretendido) para o pensamento filosófico, científico e político do século XVII e da primeira metade do século XVIII. Nesse *analogon* se podia reconhecer tanto o funcionamento da máquina do mundo (Astronomia), como a relação desta ao seu autor (Teodiceia). Esse *analogon* permitia iluminar os mais diversos problemas, fossem eles de natureza antropológica (relações entre a alma e o corpo), ou de ordem política. De forma similar viria a funcionar o paradigma do organismo relativamente às representações do mundo da segunda metade do século XVIII e de todo o século XIX”.

se relacionou com a idéia do todo, seja ela para a consecução teleoforme das faculdades de conhecimento ou para a possibilidade de uma história filosófica e *a priori* da filosofia. Mas, por outro lado, não é só no capítulo sobre a *Arquitetônica* que este princípio se fundamenta, ou seja, da idéia do todo correlacionada com a filosofia, pois, no *Apêndice à dialética transcendental*, Kant também nos oferece uma explicação do princípio sistemático ou orgânico da razão. Como lá se lê, “tal idéia postula por isso uma unidade completa do conhecimento do entendimento; graças a essa unidade, o conhecimento não se torna simplesmente um agregado contingente, mas um sistema interconectado segundo leis necessárias”. (KANT, 1983, p. 320). Como bem se observa, o princípio sistemático não só se aplica ao conhecimento especulativo da razão como também a todas as ciências que podem alcançar uma construção arquitetônica compreendida pela filosofia.

Se a história da filosofia neste mesmo sentido pode conciliar-se como sistema, então ela pode ser pensada como totalidade orgânica e promover de maneira imanente uma construção arquitetônica. Trata-se de compreender que ela também está arraigada à natureza da razão humana em vista de um único fim, pois, neste caso, a totalidade orgânica caracterizada pela filosofia busca sempre a máxima unidade do pensamento. Se assim se pensa a filosofia em geral, o processo histórico-filosófico também segue o mesmo caminho, não como um agregado (*Aggregat*) de conhecimento, mas através de uma unidade sistemática pertencente ao desenvolvimento imanente da razão.

Porém, se se compreende a história da filosofia como um conjunto de conhecimentos sistemáticos, e não de uma maneira rapsódica, de outro modo Yirmiahu Yovel<sup>25</sup> pensa o tema através da perspectiva de uma “revolução filosófica”. Pois, neste sentido, embora seja um fato incontestável para Kant que a filosofia tenha permanecido sempre em ruínas, no entanto este conflito jamais descaracterizou os interesses da razão ao longo do seu desenvolvimento. Isto quer dizer que o eterno conflito no qual a filosofia sempre permaneceu, isto é, entre o dogmatismo e o ceticismo, foi, por meio disso, o

---

<sup>25</sup> YOVEL, Y. *Kant et l'histoire de la philosophie*. Jerusalém: Archives de Philosophie, 1981, 44.

resultado coerente de uma totalidade orgânica e arquitetônica da razão<sup>26</sup>. É justamente por esta revolução conceitual que a razão se fortalece para a constituição propriamente dita do criticismo.

L'effondrement des systèmes historiques peut temporairement transformer la philosophie en un 'champ de ruines' (en un agrégat de concepts désunis), la proie des sceptiques qui nient la possibilité même de la rationalité. Mais cela produit aussi un nouveau 'besoin de la raison' de surmonter cet état, par une nouvelle *révolution* philosophique. Ce processus continue aussi longtemps que le nouveau chemin de la Critique n'a pas été trouvé, chemin qui, seul peut réconcilier systématiquement les intérêts divers de la raison et permettre à son pur système de se manifester pleinement. (YOVEL, 1981, p. 23, grifo do autor).

Se a sistematicidade é uma característica própria da filosofia na formação de uma ciência, antes de tudo filosófica, então, neste caso, não há como dispensar o caráter legislador da razão, que efetua mediante os princípios *a priori* do entendimento a “subsunção” dos objetos da experiência. Este é o motivo pelo qual Micheli<sup>27</sup> considera o princípio sistemático a ‘senhora da razão’, ou seja, como o princípio teórico que torna a filosofia o fim último de todas as coisas. Ela é, para ele, o ‘primado absoluto da razão’, pois “no ideal ainda existe um mestre que a todos impõe a sua tarefa e os utiliza como instrumentos para promover os fins essenciais da razão humana”. (KANT, 1983, p. 408). É assim que o filósofo carrega sempre consigo o caráter sistemático para a constituição da filosofia, isto é, através daquela idéia que jaz escondida em nós e que se desenvolve como um germe originário do conhecimento filosófico.

Ao querer, contudo, conferir uma unidade sistemática para o conhecimento humano, Kant com isso aplica a idéia do todo até mesmo ao estabelecimento de uma totalidade orgânica para a história da filosofia, pois ao pressupor uma articulação sistemática ao conhecimento racional, o mesmo pode se passar com a historicidade filosófica. Compreende-se muito bem a partir disso que a história da filosofia não é um amontoado rapsódico dos

<sup>26</sup> Este fato caracteriza bem o último capítulo da *Crítica*, quando lá se encontra a possibilidade do desenvolvimento de uma história da razão pura. (B 880/884).

<sup>27</sup> Cf. Micheli, G. *La filosofia come 'sistema'*. In: *Kant storico della filosofia*, pp. 217-24.

conceitos produzidos pela razão, mas, na sua sistematização, é uma totalidade latente que se caracteriza pelo desenvolvimento interno de um organismo. Este é “tal como acontece com um corpo animal cujo crescimento não leva à adição de um membro, mas antes, sem alterar a proporção torna cada um deles mais forte e mais eficiente para a sua finalidade”. (KANT, 1983, p. 405). A unidade, que Kant procura estabelecer é presente em cada sistema filosófico e correlacionada diretamente com os fins que a razão deve necessariamente promover.

Com isso mostra-se, então, que o conhecimento filosófico não pode e nem deve ser um amontoado fragmentado de conceitos e destituído de organização, mas que, de forma arquitetônica, possa sempre constituir um projeto esquemático para a formação de um sistema de filosofia. Neste caso, o esquema que se aplica à filosofia surge, pois, em consequência da idéia com a qual a razão impõe de modo *a priori* todos os fins exigidos para o conhecimento em geral.

Neste sentido, o criticismo não é apenas aquela característica da chamada “revolução copernicana” que Kant estabelece na filosofia, pois ela só adquire um sentido mais preciso quando as ciências se desenvolvem de maneira gradual e sistemática. Para Yovel, o princípio sistemático não é apenas uma idéia que fornece uma unidade ao múltiplo das coisas, mas é também o meio pelo qual a filosofia se desenvolve logicamente e de maneira racional. É justamente por isso que “[...] les exemples de la logique, des mathématiques et des sciences naturelles (e se basant partiellement sur leurs réalisations), la révolution de Kant devait transformer la philosophie d’une *doxa* historicisée en une épistémé pure, en dehors du temps, et ainsi transcender son histoire”. (YOVEL, 1981, p. 20, grifo do autor). É por esse motivo também que a historicidade filosófica se revela, neste sentido, como o ponto crucial e determinante do desenvolvimento da filosofia como sistema.

A partir do ponto de vista crítico da razão, não há como a filosofia escapar da totalidade orgânica à qual está submetida. Para que ela e a história da filosofia sejam transformadas numa ciência, não se exclui por isso o fundamento sistemático e unificador que concilia os demais sistemas de conhecimento, já que é a razão a faculdade que legisla de maneira *a priori*

sobre os princípios de todo o sistema arquitetônico. A filosofia pode até ter sido considerada na sua historicidade como um “campo em ruínas”, mas vemos que é por meio deste conflito conceitual e oscilante que surge a necessidade de uma totalidade para a sistematização dos conceitos produzidos pela razão. Como afirma Yovel, “[...] tous sont néanmoins des membres historiques d’un unique tout organique; ils sont gouvernés par l’architectonique de la raison et révèlent graduellement son harmonie”. (YOVEL, 1981, p. 23). A harmonia da qual se fala aqui é, portanto, o sistema possível de toda a filosofia, a idéia conciliadora que une as partes com todo.

São essas características indispensáveis que justificam o fato da filosofia ser compreendida numa estrutura arquitetônica da razão. É somente por meio desta concepção que cada doutrina filosófica representa historicamente, e de forma sistemática, a constituição de uma “arqueologia filosófica”. É esse o propósito de Kant ao construir o edifício deste grande sistema, isto é, a moradia da razão, de modo que “[...] l’histoire de la philosophie est la forme historicisée de l’architectonique de la raison”. (YOVEL, 1981, p. 29). A história da filosofia por isso se mostra como o resultado parcial de um processo que busca incessantemente a totalidade última do conhecimento especulativo da razão.

Compreende Micheli, neste sentido, que a noção de sistema pode oferecer muito seguramente uma “teoria da interpretação”. Esta idéia se justifica no fato de que, para Kant, o conjunto dos conhecimentos rapsódicos caminha sempre em direção ao sistema completo da razão. Ela, como já vimos, é um procedimento que nasce a partir daquele germe originário e que se desenvolve de maneira racional ao longo da história. Esta concepção é possível porque, “in questo senso, dunque, la ‘sistematicità’ è in Kant la conseguenza della radicale teoreticità della filosofia, ed in essa si esprime quel primato assoluto della ragione, e la sua ‘dignità di scopo supremo [...]’”. (MICHELI, 1980, p. 224). Neste caso, se o conhecimento especulativo fundamenta-se na idéia do todo, então, a possibilidade da sua totalidade é uma implicação determinante da razão.

Isto significa muito precisamente que antes da *Crítica*, ou seja, quando a filosofia não havia ainda adquirido uma consciência de si mesma, a idéia do todo não estava completamente determinada ou exclusivamente pronta e

acabada. Noutras palavras, isto quer dizer que o sistema filosófico se correspondia apenas de maneira parcial e singular na expressão propriamente dita da verdade. Portanto, uma teoria filosófica que antes era dada pela razão não correspondia à totalidade última das coisas, mas isto significa que o filósofo deve sempre pensar em comum com os outros<sup>28</sup> (*in Gemeinschaft mit anderen denken*), ou seja, ir às fontes universais da razão e promover os seus interesses mais gerais. A reflexão filosófica é, neste sentido, o fio condutor de uma história comum da filosofia, isto é, aquilo que faz da historicidade filosófica a história comum de um “monólogo”<sup>29</sup> filosófico da razão.

Contudo, na tentativa ainda de querer reservar um lugar para o sistema de toda a finalidade arquitetônica, Kant jamais pôde desconsiderar a importância da metafísica na constituição definitiva do conhecimento. É a partir dela, inclusive, e como *disposição natural*, que se adquirem as condições formais para a possibilidade de todo o sistema racional da ciência. No entanto, até a *Crítica* propriamente dita, a metafísica não pôde alcançar um sucesso duradouro e por isso ela não encontrou a possibilidade para a constituição do seu edifício arquitetônico, já que, como se sabe, “a idéia de uma tal ciência é exatamente tão velha quanto a razão especulativa do ser humano”. (KANT, 1983, p. 409). Ela se torna importante na história da filosofia porque ainda se quer saber como a metafísica, por meio da crítica da razão, pôde constituir para ela um sistema de conhecimento e como ela se distingue, neste caso, de toda a experiência possível.

Conforme veremos no próximo item, para Kant os filósofos jamais tiveram uma idéia exata da metafísica. Considerada ao longo da história como a mãe de todas as ciências, ela não pôde constituir um fundamento pelo qual fosse possível a construção efetiva de todo o seu edifício arquitetônico. Na primeira *Crítica*, foi demonstrado que a filosofia e as ciências alcançaram este ideal como a possibilidade da formação de um sistema completo do conhecimento, mas a metafísica, por mais importante que ela tenha sido na história, ainda não havia adquirido uma base a partir da qual ela pudesse constituir-se como uma ciência. É este o assunto do qual trataremos agora, ou

---

<sup>28</sup> Cf. Kant, I. *O que significa orientar-se no pensamento*.

seja, poder conciliar a partir do ponto de vista crítico da razão os diversos caminhos que a metafísica percorreu na história da filosofia.

### 3.1. De uma representação histórica da metafísica

No sistema kantiano da crítica ou na propedêutica própria da razão, é a metafísica quem nos fornece o fundamento seguro e estável na consecução arquitetônica do conhecimento, isto é, o alicerce necessário que integra a razão no reino dos fins ou na legislação própria dos princípios constitutivos na faculdade do entendimento. Mas na história, quando a razão ainda não tinha adquirido a maturidade necessária para o seu desenvolvimento, sempre foi uma tentativa frustrada ou fracassada da investigação filosófica querer colocá-la sob um fundamento seguro ou estável. No entanto, já é na primeira *Crítica* que Kant estabelece uma prova ou uma justificativa para a possibilidade de um conhecimento legislante e inteiramente *a priori* no entendimento. Além dela nos fornecer uma resolução ao eterno problema da filosofia entre o racionalismo e o empirismo, a questão da metafísica também permeava de modo considerável o centro das reflexões do autor. Pois, foi inclusive a constatação da impossibilidade dela fundar-se como ciência que o leva a pensar na idéia de uma crítica da razão. Contudo, mesmo que Hume o tenha despertado do sono dogmático, ele não pretendeu, como o filósofo escocês, promover a destruição efetiva da metafísica, mas sim colocá-la sobre um fundamento renovado, pois, como já se nota na primeira *Crítica*, é mediante as fontes de um conhecimento *a priori* que se prova a objetividade e a possibilidade de uma filosofia a partir do ponto de vista transcendental.

Na *Crítica*, Kant já afirmava que a metafísica pode ser considerada tão antiga quanto a própria filosofia, pois, na história, é digno de nota que “[...] na infância da Filosofia os homens começaram no ponto em que agora preferiríamos terminar, ou seja, estudando inicialmente o conhecimento de

---

<sup>29</sup> Cf. Micheli. *La storia della filosofia nelle lezioni di Kant*. In: *Kant storico della filosofia*. pp. 57-90.

Deus e a esperança ou quem sabe até a natureza de um outro mundo<sup>30</sup>”. (KANT, 1983, p. 414). Na sua infância, ou mais precisamente durante a sua fase imatura, a razão ainda não tinha condições suficientes para a elaboração de uma metafísica sistemática, mas mostrou-nos que desde as origens do conhecimento especulativo os filósofos sempre almejaram saber o que era o *supra-sensível*, ou seja, tudo aquilo que ultrapassasse os limites da experiência possível. Eles sempre tiveram diante de si o desejo incondicional de estabelecer um conhecimento metafísico, pois, como já se nota na *Metaphysik Volckmann* (1784-85), eles jamais se contentaram com explicações presentes no âmbito do mecanismo da natureza, mas sempre se paltaram pela necessidade essencial, porém fracassada, na busca de uma causa final e última para a explicação de uma ordem teleológica no mundo<sup>31</sup>.

No decurso histórico e filosófico da investigação metafísica, os filósofos não conseguiram estabelecer um fundamento próprio do qual fosse possível erguer seu edifício arquitetônico. Por ser considerada a mãe de todas as ciências, ela não atingiu, como as demais áreas do conhecimentos, uma aprovação duradoura e contínua para a sua fundamentação. Ela foi para Kant um mero *tatear* ou mais propriamente um “campo de batalha onde ainda combatente algum conseguiu conquistar o menor lugar”. Porém, embora a metafísica jamais tenha conseguido conquistar um território duradouro, suas questões e pretensões jamais abandonaram a história, porque ela encontra-se,

---

<sup>30</sup> A passagem apresenta algumas semelhanças nas lições de Kant sobre Metafísica, muito embora neste texto ele afirme não a respeito de um início equivocado da filosofia ao investigar a natureza divina, mas de um movimento natural dela mesma, pois, neste sentido, “o primeiro impulso à filosofia veio, sem dúvida, do progresso executado pelo homem quando se elevou, mediante a razão comum, do mundo visível ao seu Autor invisível. Este desenvolvimento é também muito natural, pois a ordem da natureza atesta já um Autor ao qual se acrescenta, além disso, a série imperfeita das causas na própria natureza”.

<sup>31</sup> Uma outra parte também pertinente da discussão metafísica nessas lições ocorre também nas reflexões (*Reflexionen zur Metaphysik* 6050 e 6051), nas quais diz Kant que toda a origem do pensamento metafísico grego estava correlacionado justamente com a problemática da distinção entre fenômeno e *noumenon*. No que se refere Micheli ao assunto tratado, diz ele que: “dagli Eleati la distinzione fra fenomeno e noumeno è pensata nella forma della opposizione assoluta, quella stessa che vi è fra il non essere e l'essere, e di conseguenza, sul piano della teoria del conoscere, al primo, cioè all'apparenza sensibile, è fatta corrispondere senz'altro l'illusione, cioè l'errore, al secondo invece la scienza, che per la radicalità dell'ipotesi fra sensibile e intelligibile può essere data soltanto per mezzo di una immediata intuizione intellettuale”. Cf. MICHELI, G. *Teoria della scienza e ontologia*. In: *Kant storico della filosofia*. Padova: Antenore, 1980, p. 181. Constata-se portanto, que o problema metafísico surge por meio de uma questão de caráter ontológico e que permanece assim na história diante da luta eterna entre intelectualistas e sensualistas.

por meio do exercício crítico, arraigada na natureza da razão humana. Ela faz parte, portanto, do processo natural da razão, pois como já é dito no prefácio à primeira edição da *Crítica da razão pura* (1781), [...] num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta, por ultrapassarem completamente as suas possibilidades”. (KANT, 1995, p. 03). O que assim se verifica no confronto da razão durante a sua historicidade foi a completa ausência de uma pedra de toque para a sua constituição efetiva, fazendo da história da filosofia um combate sem resolução entre os ditos sensualistas e intelectualistas.

Por outro lado, não foi pelo fato dela se dar assim que se deveria abandoná-la, pois é ela quem nos oferece uma universalidade para o conhecimento. Kant percebeu que durante o processo dogmático da razão, ou seja, na sua infância, os filósofos apenas se preocuparam em dizer o que era a metafísica, mas jamais procuraram investigar as suas verdadeiras possibilidades para o seu estabelecimento. Dizia ele que “na infância da filosofia” os filósofos ainda não haviam determinado a verdadeira metafísica, pois, naquela época, ainda tratava-se de uma especulação pré-filosófica da teologia. Se de fato ela já pudesse ter encontrado um caminho seguro, ou se já tivesse determinado nos seus limites as fontes universais do conhecimento, como a ciência e a matemática fizeram outrora, neste caso ela não teria que participar do teatro infundável das disputas conceituais.

Não seria outro o motivo pelo qual é justamente da constatação do fracasso da metafísica que nasce a idéia de uma crítica da razão. Este fato foi notado como tal nas *Vorlesungen* kantianas de 1765, e nesta mesma época Kant já anunciava numa carta a Lambert<sup>32</sup> ter encontrado o verdadeiro método da metafísica, ou seja, do verdadeiro terreno que pudesse abranger paz e conforto na moradia da razão, pois ele mesmo confessava numa correspondência posterior dirigida a Mendelssohn<sup>33</sup> que a metafísica jamais encontrara até então uma objetividade segura e duradoura<sup>34</sup>. É por esta

---

<sup>32</sup> Carta à Lambert em 31 de dezembro de 1765.

<sup>33</sup> Carta à Mendelssohn em 8 de abril de 1766.

<sup>34</sup> Como prova desta consequência, isto é, de que a metafísica encontra a sua verdadeira fundamentação no juízo crítico da época, confessa Kant que, “[...] se um tal sistema sob um

mudança que fica imerso, já neste período, o problema fundamental que constituiria o projeto crítico, ou seja, o questionamento de *como são possíveis juízos sintéticos a priori? É possível a metafísica como ciência?* Pois, como afirma Marco Paolinelli a este respeito (1993, p. 141), “[...] l’interesse metafísico è al centro del suo pensiero, e che le sue stesse tesi gnoseologiche (quelle che secondo alcuni avrebbero ‘distrutto’ la metafísica) sono finalizzate nell’intenzione di Kant a rendere possibile un discorso intorno ai tempi metafísicos, che costituiscono i supremi e irrinunciabili interessi dell’uomo e della riflessione ‘kantiana’”.

Como se vê, antes que o filósofo pudesse promover a virada copernicana, a metafísica dogmática não conseguiu obter uma promessa duradoura ou fixar o seu edifício de conhecimento. Segundo Kant, até a referida *Crítica*, ela apenas permeou os sonhos mais profundos da imaginação humana, sem que se conseguisse uma realização propriamente dita. Já afirmava ele na *Logik Philippi* que Platão, por exemplo, “foi muito místico, obscuro e entusiasta”, quando o filósofo defendia que todas as verdades provinham das idéias. Porém, a concepção platônica do inteligível apenas permaneceu no “espaço vazio” do entendimento e não obteve uma promessa duradoura. É assim que:

No que tange à *Metafísica*, o seu mísero progresso até aqui e o fato de não se poder dizer, com respeito a nenhum dos sistemas até hoje expostos, que realmente exista no que concerne ao seu fim essencial, dão a cada um razões para duvidar de sua possibilidade. (KANT, 1983, p. 31, grifo do autor).

Não é por acaso a insistência de Kant com relação ao fracasso da metafísica, ou seja, de que no progresso histórico ou transcendental da razão ela não conseguira ainda obter um terreno duradouro. Mas foi justamente diante de um fato observável e ao mesmo tempo histórico que o levou a pensar sobre a sua possibilidade e capacidade, isto é, da sua função propedêutica,

---

nome geral de metafísica alguma vez deve realizar-se (cuja execução completa é em todos os sentidos possível e sumamente importante para o uso da razão pura), então a crítica tem que ter investigado antes o solo para este edifício tão profundamente quanto jaz a primeira base da faculdade de princípios independentes da experiência, para que não se afunde em parte alguma, o que inevitavelmente acarretaria o desabamento do todo”. *CFJ B Ak VI*.

questão esta que os filósofos jamais procuraram investigar. No entanto, mesmo o filósofo tendo pronunciado o motivo da completa ausência de uma objetividade para a metafísica, ele não pretendeu, como Hume, jogá-la ao fogo ou considerá-la como um ramo do conhecimento que apenas se revestiu na aparência, assaz fantasiosa, de uma necessidade. Basta, porém, se pensamos numa crítica da razão, estabelecer um caminho seguro para ela, pois é somente desse modo que ela pode desenvolver-se como ciência e efetuar a propedêutica da razão. São por esses e outros motivos que, ao invés de afastar o pequeno barco do oceano tempestuoso da metafísica, deve-se, no entanto, “[...] fornecer-lhe um piloto que, segundo os princípios seguros da arte do timoneiro tirados do conhecimento do globo, munido de uma carta marítima completa e de uma bússola, possa conduzir o barco para onde bem lhe aprouver”, (KANT, 1988, p. 19), portanto, de um guia no qual a razão possa enfim conduzir a filosofia no sistema capital do seu desenvolvimento e erigir em definitivo o edifício do conhecimento.

Ao se tratar ainda do problema da metafísica tradicional, tal como é a do dogmatismo, percebe-se então que se de fato houvesse uma, poder-se-ia dizer: eis aí a metafísica. Contudo, foi por esta constatação que Kant procurou investigar a possibilidade desta ciência intimando os metafísicos para interromperem todos os trabalhos existentes desta área, pois ela deveria, antes de tudo, ser inventada, ou constituída sob bases sólidas, isto é, criada sob um fundamento inteiramente novo e seguro. É por isso que há, segundo Kant, a necessidade de um *prolegômeno* para a fundamentação de uma metafísica ou de um conhecimento puro, pois, conforme ele, ela não é destinada ao “uso dos principiantes”, mas dos futuros pesquisadores da filosofia, aqueles que exercem o livre uso da razão.

A metafísica é considerada neste caso e como se diz nos *Progressos*, um “mar sem margens”, ou seja, uma habitação cuja casa os filósofos se fecharam. Não se preocuparam em fazer dela uma habitação comum, mas Kant percebe que durante o seu processo histórico, ela jamais obteve um destino favorável para a sua constituição, pois no que se refere à crítica kantiana, a filosofia sempre permeou a metafísica no conflito entre o sensível e o inteligível, ou seja, no confronto histórico entre Epicuro, que defendia a

existência dos fenômenos como sendo o mundo objetivamente cognoscível, e Platão, cujo mundo inteligível, o das idéias, era o único que poderia sustentar a verdade propriamente dita. É por meio desta problemática que tornou-se indispensável a constituição de uma crítica da razão, isto é, do juízo amadurecido da época, tanto para delimitar o território do conhecimento humano quanto para indicar a verdadeira fonte do conhecimento metafísico, da verdadeira função propedêutica e sistemática da razão, fazendo-se uma mediação clara entre o empírico e o racional. Com efeito, se para Kant a história da filosofia pode significar apenas uma expressão parcial e unilateral da verdade, por outro lado, somente o criticismo corresponde ao “fecho de abóbada” para o verdadeiro fundamento da metafísica compreendida neste caso como disposição natural.

Sendo a razão uma espécie de *Bildungstrieb*, ou seja, uma faculdade que tem a disposição para o desenvolvimento, ou mesmo havendo para Kant uma cisão muito pequena entre a filosofia e a sua história, considera ele que ambas encontram-se na faculdade humana da razão. Elas não representam apenas uma idéia jogada no ar, mas encontram a sua possibilidade também como ciência no atual estágio do desenvolvimento racional em vista de uma crítica da razão. Pois, como ele nos dirá, somente o criticismo pode indicar ou determinar os verdadeiros resultados do processo histórico, isto é, o caminho essencial e fundamental percorrido pela metafísica, pois, mesmo que tenha sido este o caminho histórico e filosófico da filosofia, ou daqueles sistemas que se constituíram no passado, fica dito que “nossa era é a era da *crítica* e é preciso ver o que, dos experimentos críticos de nossa época, há de resultar para a Metafísica e a Filosofia em particular”. (KANT, 1992, p. 49, grifo do autor). Se é este o destino mais favorável da metafísica, do real valor propedêutico e preliminar da razão, cujo juízo se fortifica no procedimento crítico da filosofia, logo veremos que tanto o dogmatismo quanto o ceticismo jamais conseguiram empreender uma posse duradoura e segura para o estabelecimento da verdade e da metafísica propriamente dita.

Mesmo na *Metaphysik Volckmann*,<sup>35</sup> Kant já advertia aos leitores que no início da filosofia, ou mais precisamente na sua infância, os filósofos

---

<sup>35</sup> Cf. Micheli, G. *Kant storico della filosofia*. (Apêndice).

procuravam sempre atingir, por meio da especulação, uma causa metafísica ou inteligível para a explicação do mundo. Tornou-se inegável então o fato de que na história, além dos tratados sobre a *physis* ou da natureza em geral, coexistiram diversos sistemas metafísicos, embora não tenham ainda conseguido fundamentar o terreno necessário para concretizar-se como ciência, pois, conforme a especulação filosófica ou histórica, não conceberam que a metafísica, no seu processo propedêutico e estrutural, se caracterizaria através de um princípio inerente e necessário da razão, ou seja, dada ou constituída como *disposição natural*. No entanto:

Como, porém, a busca dela não desaparecerá, porque o interesse da razão universal está nela implicado demasiado intimamente, ele reconhecerá que uma reforma completa, ou antes, um novo nascimento da metafísica, segundo um plano inteiramente desconhecido até agora, se produzirá inevitavelmente, apesar das resistências que, durante algum tempo, se lhe poderão opor. (KANT, 1988, p. 13).

A partir do ponto de vista crítico, ou seja, do juízo amadurecido e fortificado que é a época crítica, parece ter sido inevitável a razão ter procedido dessa maneira, mesmo não havendo na história nenhum progresso na metafísica. Por outro lado, se ela própria faz parte da natureza da razão, ou até mesmo se é compreendida conforme um plano absolutamente transcendental e arquetônico do qual Kant nos remete, torna-se óbvio então o fato da metafísica, encontrar no sistema propedêutico da razão, o seu verdadeiro fundamento. É diante desta perspectiva, filosófica e transcendental, que se dirige a afirmação de Martial Guérout, para quem “[...] l’histoire de la philosophie doit être interprétée comme ‘histoire de la raison’, à la rigueur comme l’histoire des efforts de la raison en vue de se révéler à elle même”. Todavia, mesmo que a matemática ou a física tenham encontrado desde sempre o caminho seguro de uma ciência, e embora a metafísica jamais tenha encontrado o mesmo resultado no decorrer da história, fica evidente então o fato de que foi conseqüentemente imperiosa a necessidade da metafísica ter percorrido antes os estágios do dogmatismo e do ceticismo, pois é inegável a afirmação de Kant de que “a crítica é antes a instituição provisória necessária para promover uma Metafísica fundamental como ciência [...]”. Portanto, é

sobre as exigências do criticismo, ou seja, do juízo amadurecido e inteiramente desenvolvido, ou de um plano inteiramente transcendental da razão, que ela cumpre aqui as suas promessas jamais realizadas.

A crítica da razão mostra neste âmbito não só a possibilidade de uma faculdade que impõe de maneira *a priori* os seus conceitos no campo da experiência, como também nos mostra a existência fundamental designada por Kant de uma *metafísica da natureza*, uma legislação compreendida como disposição natural, isto é, presente em germes e fundada na natureza da razão. Não seria de outro modo, ou seja, regida sob a perspectiva transcendental de uma razão, que a metafísica encontra o seu progresso tão almejado. Após diversas tentativas fracassadas de levantar sobre bases seguras o edifício do seu conhecimento, ou depois de tanto tempo permanecida nas ilusões do dogmatismo e na destruição completa do ceticismo, a história da metafísica encontra na crítica o seu escopo final, a sua verdadeira habitação na moradia arquetônica da razão. É assim que Guérout (1988, p. 374) nos dá, conforme a investigação kantiana, a noção mais próxima de uma metafísica na atribuição de uma crítica da razão, ou seja, da sua função estrutural e propedêutica do conhecimento, pois, como se diz, “l’instauration de la philosophie critique apparait, en conséquence, comme l’achèvement de l’histoire de la philosophie, et elle est, à vrai dire, moins une métaphysique qu’une science: la science des limites de notre connaissance”. Se este acabamento está exclusivamente relacionado com o desenvolvimento gradual da razão, compreende-se, então, que a metafísica é para Kant um princípio transcendental inerente ao entendimento e que ela só encontra o seu desígnio quando temos por consideração a instituição de uma crítica da razão.

#### **4. A idéia de uma história filosófica da filosofia**

---

A idéia de uma história filosófica da filosofia proposta por Kant leva-nos a uma novidade no cenário historiográfico. Mas para compreendermos como ela se relaciona com a sistematização do conhecimento ou com o sistema da história, torna-se necessário investigar as notas nas quais, mediante a especulação acerca dos progressos da metafísica, Kant nos assinala a possibilidade de uma história que seja verdadeiramente *a priori* da filosofia. A questão em pauta aparece em meio ao concurso proposto pela Academia de Ciências de Berlim no ano de 1788, sobre o seguinte tema: *Quais são os progressos reais da metafísica na Alemanha desde a época de Leibniz e Wolff?* Embora Kant jamais tenha concluído a obra, ela, no entanto, representa a tentativa de colocar o criticismo frente a frente com as doutrinas filosóficas que o antecederam. Todavia, mesmo com o caráter inacabado do manuscrito, não eliminamos a importância especulativa sobre o fundamento da metafísica e da filosofia propriamente dita, cuja apreciação, nos moldes mais elementares da crítica, não escapa mais daquela concepção biológica e arquitetônica destinada a razão, seja ela filosófica ou histórica.

A concepção que aqui se pretende esclarecer pode ser iniciada com a distinção posta por Kant no final da primeira *Crítica* entre conhecimento histórico (*historische Erkenntnis*) e conhecimento racional (*Vernunfterkentnis*). A diferença entre ambos está no fato da primeira ocorrer de maneira empírica ou *ex datis*, ou seja, de modo *a posteriori*, e a segunda de modo inteiramente *a priori*, isto é, *ex principiis*. Um conhecimento racional é declarado como tal se ele pertencer à faculdade produtiva do espírito, ou seja, de modo que ele possa emanar das fontes universais da razão. Por outro lado, um conhecimento histórico pertence tão somente à faculdade imitativa da alma, quando neste caso alguém, por exemplo, compreende um sistema filosófico que já foi posto ou produzido por uma razão alheia. Este tipo de conhecimento não surge diretamente dos poderes da faculdade humana de conhecer, mas é apenas um

ajuizamento extraído subjetivamente de um sistema já colocado por um outro filósofo.

Por isso ser a filosofia, segundo Kant, a idéia de uma ciência que não está dada em parte nenhuma. Ela não é algo que está pronta e acabada no sistema da razão, como se fosse o edifício já constituído segundo o método, pois a filosofia sempre persistiu na história na forma de esboços ou na tentativa sempre fracassada de elaborar um sistema genuinamente filosófico, ou seja, numa oscilação cíclica que se movimenta entre um sistema e outro. No entanto, se o procedimento da filosofia caminha segundo as fontes originárias da razão e do entendimento, então a causa primeira do filosofar encontra-se inteiramente na natureza humana, pois “deve ter sido uma necessidade (teórica ou prática) da razão o que a compeliu a elevar-se dos seus juízos sobre as coisas aos fundamentos até aos primeiros”. (KANT, 1995, p. 130).

A necessidade da razão que aqui se exprime significa muito precisamente a causa comum do filosofar, a centelha inicial na qual se torna possível uma história filosofante da filosofia (*eine philosophirende Geschichte der Philosophie*), ou seja, do fato da filosofia se desenvolver de maneira racional mediante princípios. Essa necessidade racional, agora já filosofante e ideal, constitui o elemento fundamental na construção de uma história da filosofia que seja verdadeiramente *a priori* e filosófica, isto é, como se ela tivesse diante de si um esquema para a elaboração dos sistemas filosóficos que se prescrevem na razão.

Esta relação, fundamental no sistema da filosofia, mostra justamente a ordem e o modo pelo qual se filosofou até agora. Isto mostra que a representação histórica da filosofia está inteiramente relacionada com o desenvolvimento progressivo da razão, sendo esta a causa primeira do ato filosófico. Ela é um produto imanente da razão, tornando-se óbvio o fato pelo qual a história da filosofia também se desenvolve de maneira *a priori*. Pois, se não houvesse essa necessidade determinante do desenvolvimento filosófico, ou, se não fosse apenas uma idéia prescrita no juízo teleológico e reflexionante, cujo objetivo é a classificação da natureza e pensar o particular

inserido no universal<sup>36</sup>, não teríamos neste caso a unidade sistemática e determinante do conhecimento especulativo.

De acordo com Micheli, este princípio torna a “ausência da verdade” não uma negação absoluta, mas o que ele denomina ou considera como “privação”. Isto nos faz reconhecer que o conhecimento filosófico encontra-se, antes da crítica, ainda privado do sistema completo da filosofia, pois, como se diz, “[...] esta última se encontra na razão como um germe no qual todas as partes estão ocultas, ainda muito pouco desenvolvidas e mal reconhecíveis a uma observação microscópica”. (KANT, 1983, p. 406). Todavia, sabemos que esta característica não está pronta e acabada, nem mesmo constituída numa determinação, mas que ela se prescreve literalmente na faculdade produtiva e orgânica surgida em germes na razão, ou seja, daqueles elementos nos quais permitem o desenvolvimento dos seres organizados, em suma, da possibilidade, assaz essencial, do desenvolvimento do esquema, isto é, daquela idéia que se desenvolve na razão. Isto ocorre, pois, “la comprensione di una dottrina del passato accade veramente, e nella forma più autentica, soltanto quando questa viene colta alla luce del ‘bisogno della ragione’, vale a dire entro il comune problema nell’attualità dell’esercizio della ragione filosofica”. (MICHELI, 1980, p. 253, grifo do autor). Eis aí a razão pela qual Kant afirma só ser possível aprender a filosofar, pois é somente através do exercício autônomo da razão que o conhecimento especulativo se desenvolve e se estabelece como sistema.

Não parece haver dúvida de que a história da filosofia é considerada sob um ponto de vista inteiramente transcendental aos olhos do filósofo. Fica clara, então, a diferença posta entre um conhecimento empírico e uma representação histórica da filosofia. Esta distinção é muito evidente na oposição entre os termos *historisch* e *geschichtlich*, a qual contrapõe o empírico com o dado historicamente filosófico, um nos oferecendo o que já foi realizado, e o outro, aquilo que poderia ser mediante os princípios do entendimento, pois uma representação histórica da filosofia conta a maneira e o modo pelo qual se filosofou até agora. Por isso, afirma Kant que “não é a história das opiniões que

---

<sup>36</sup> Cf. *KU*, B XXVI.

aparecem aqui ou ali, mas da razão que se desenvolve a partir de conceitos”. (KANT, 1995, p. 133).

Esta concepção é simplesmente o “esquema” que o filósofo necessariamente aplica para a representação das épocas de cada período da história. São somente por essas condições que eles promovem os progressos da filosofia e os fins essenciais da razão. Percebemos, com isso, que o fornecimento de um esquema permite ao historiador da filosofia atribuir uma unidade à multiplicidade das doutrinas filosóficas, ou seja, como se tudo isso fosse o resultado de uma produção intencional de acordo com os princípios da razão. A filosofia, neste caso, sendo ela uma simples idéia de uma ciência possível, se esquematiza a partir de um germe originário e se desenvolve de maneira racional para promover os fins mais essenciais do conhecimento especulativo. Ela se configura neste esquema tanto como um “ente ideal” a ser atingido, ou como um sistema completo da filosofia.

Percebemos com isso que a história da filosofia não é um resultado meramente empírico de um processo histórico-filosófico dado pela cronologia dos fatos, mas antes o fornecimento de um “esboço esquemático” que serve como critério sistemático do conhecimento especulativo que é pensado também como teleologia racional. Esta hipótese estabelecida é o fator determinante que une o conhecimento filosófico com a história da filosofia empiricamente constituída. Conceber uma história filosofante da filosofia segundo a concepção kantiana não é compreendê-la como se fosse uma parte da “erudição humana”, muito menos uma história cronológica e cumulativa da filosofia, mas como arqueologia filosófica, ou seja, do modo pelo qual uma representação histórica se apresenta à razão de maneira coerente e sistemática. Para Kant, portanto, a historiografia filosófica compreende uma validade objetiva que fornece uma unidade sistemática ao desenvolvimento imanente do conhecimento, pois a filosofia, neste caso, “[...] é um desenvolvimento progressivo da razão humana e esta não pode ter continuado na via empírica ou ter também começado, e, claro, mediante conceitos”. (KANT, 1995, p. 130). Isto significa que depois da sua infância e adolescência, percorridos respectivamente nos estágios do dogmatismo e ceticismo, ela alcança o ideal transcendental tão esperado, a época crítica, que busca aos

poucos o fim necessário e capital na consecução teleológica e arquitetônica do conhecimento.

Esta exposição nos faz perceber que a história da filosofia não é distinta propriamente do ato filosófico, pois ela se nos mostra numa perspectiva inteiramente transcendental que surge de forma embrionária e se desenvolve de maneira sistemática. Portanto, o sistema de todo o conhecimento filosófico, já presente e dado na forma da simples idéia, é para Kant a causa eficiente de toda a história da filosofia, um todo completo que sistematiza o conhecimento produzido pela razão. Esta concepção é o princípio motivador que torna a filosofia historicamente dada numa realidade objetiva da verdade filosófica.

É assim que percebemos que esta concepção não é uma representação apenas rapsódica ou empírica (*ex datis*) da filosofia, pois vimos que ela é um processo inerente da razão, ou seja, um produto imanente que se desenvolve mediante conceitos. Para Micheli, esta relação é determinante na consecução de uma história filosofante da filosofia, uma noção na qual os termos “sistema” e “teleologia” se conciliam mutuamente entre si, um sendo correspondido pelo outro. Para ele, a “[...] scelta necessaria di una ipotesi teleologica che serva come criterio per selezionare i dati storici e come principio del giudizio per pensare il molteplice empirico come un sistema teleologicamente orientato, non elimina, per Kant, la differenza fra i due piani, quello della filosofia e quello della storia della filosofia”. (MICHELI, 1988, p. 954). Esta não descarta o caráter empírico de um conhecimento historicamente dado; contudo, isto não significa que ele seja unicamente um princípio de ordem cumulativa, pois este processo está em constante paralelo com o plano transcendental dado pela natureza da razão, que indica o modo e a maneira pela qual a filosofia procedeu assim e não de outra forma. Nas palavras de Micheli:

L'idea della filosofia come scienza compiuta della totalità, come 'il sistema di ogni conoscenza filosofica', già sempre presente e data, ma nella forma della 'simplice idea', è per Kant la 'causa finale' di ciascuna filosofia storicamente data ed anche della storia della filosofia nel suo complesso; e questo per l'appunto consente a Kant di pensare la possibilità di una storia della filosofia in senso proprio. (MICHELI, 1980, p. 244, grifo do autor).

Se a razão sempre foi afligida por questões das quais jamais conseguiu se desprender ou ao menos interligá-las no sistema arquitetônico do conhecimento, então isto nos pode revelar a relação que há na *Crítica* entre a filosofia transcendental e a perspectiva histórica da filosofia. Pois, neste caso, a exposição de um método ou de um sistema que unicamente torna o conhecimento comum uma ciência, é sempre necessária no estabelecimento de uma identidade substancial para os problemas que sempre atormentaram a filosofia. Por isso se afirma que “somente o caminho crítico ainda está aberto” (KANT, 1983, p. 415), pois, para Kant, a *Crítica* torna-se uma resposta definitiva para o confronto sempre existente entre as doutrinas filosóficas do passado.

Com a *Crítica*, então, a filosofia encontra a sua realização genuinamente filosófica, pois, após uma longa excursão percorrida pela razão na história da filosofia no conflito entre intelectualistas e sensualistas, o “juízo toma consciência de si” e se coloca pela primeira vez sob o ponto de vista crítico para a investigação das possibilidades do conhecimento. Por isso ser esta época a última etapa do caminho percorrido pela metafísica, pois é neste momento que o *juízo torna-se amadurecido*<sup>37</sup> e adquire consciência crítica. Ele é a resposta definitiva ao conflito histórico-filosófico que sempre permeou entre o idealismo e o empirismo, não como o estabelecimento de uma nova doutrina, mas do “[...] convite à razão para de novo empreender a mais difícil das suas tarefas, a do conhecimento de si mesma, e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas”. (KANT, 1995, p. 05). Este pressuposto não é dado em geral pela história da humanidade, mas pelo desenvolvimento racional da filosofia.

Esta idéia é o motivo que une indissolavelmente a história da filosofia com o sistema da razão, não numa ordem cronológica dos conceitos filosóficos ou da erudição humana em geral, mas sob um ponto de vista inteiramente transcendental, ou seja, da natureza teleológica da razão. Embora ela se apresente aos olhos do filósofo como “edifícios em ruínas”,<sup>38</sup> não significa por

---

<sup>37</sup> Cf. *KrV*. Prefácio à primeira edição de 1781.

<sup>38</sup> Cf. *KrV*, B 882.

isso que a história da filosofia tenha sido em vão, pois foi uma necessidade da razão ter permanecido no dogmatismo e no ceticismo antes que ela pudesse adquirir uma consciência crítica, isto é, quando pela primeira vez ela se coloca sob o olhar de si mesma. Ela dissipa todas as ilusões que a filosofia cometeu na história e elimina o mal-entendido que sempre permeou a razão humana. Por isso Kant escreve que na *infância da filosofia* cometeu-se o erro de iniciar-se a investigação num ponto que deveria concluí-la. Embora a metafísica tenha herdado os pressupostos mais gerais das especulações teológicas ou mesmo se tenha considerado a rainha de todas as ciências, ela nem sequer pretendeu se colocar sob um exame prévio ou propedêutico para a investigação das possibilidades de conhecimento. É somente na filosofia crítica que essa tarefa foi de fato empreendida.

Por isso pode Kant dizer que não houve progresso na história da metafísica, pois as questões que sempre permearam a filosofia permaneceram imersas nas antinomias conceituais do mundo fenomênico com a realidade numênica da razão. Não tendo ainda a filosofia alcançado a tarefa de satisfazer completamente a razão, ela se amadurece e torna-se pela primeira vez o tribunal de si mesma. Mas ao cumprir este *plano*, ela supera o dilema filosófico e mostra a especificidade do entendimento e da sensibilidade na aquisição efetiva do conhecimento. Assim, se antes não havia promessas ou requisitos para dizer que a metafísica tinha progredido, com a *Crítica* então, depois do seu pleno amadurecimento, ela alcança o sistema da filosofia e da história, pois ela pertence à natureza da faculdade humana de conhecer, mas como faculdade orgânica e inserida no sistema da epigênese, ela não busca unicamente a história compreendida nos livros em gerais, mas dos problemas que sempre atormentaram a filosofia.

Como pode então uma história da filosofia ser posta ou considerada de uma maneira inteiramente *a priori*? Qual a sua relação intrínseca com o sistema da razão? Pode ela conter princípios que justifiquem uma elaboração verdadeiramente filosófica? A solução desses problemas resolve de maneira genuína uma *aporia* que sempre esteve presente na filosofia, isto é, a tentativa de conciliar a unidade do pensamento com a diversidade factual dos sistemas filosóficos. Pode até parecer que estejamos tombando em inevitável

contradição, onde o filosófico não se concilia com o histórico; porém, a questão não é de tipo erudito, mas funda-se inteiramente na natureza da razão. Não se trata, portanto, de uma história rapsódica da filosofia, mas da razão que esboça para si um esquema *a priori*, e cujas informações “[...] coincidem como se tivessem tido debaixo dos olhos esse mesmo esquema e tivessem, em seguida, progredido no seu conhecimento”. (KANT, 1995, p.132). A superação comum desse movimento encontra-se na crítica da razão, tornando a metafísica uma ciência e a filosofia um sistema do conhecimento.

Por isso o autor pode conceber uma história da filosofia inteiramente *a priori*, isto é, que seja possível do ponto de vista transcendental ou que parta da natureza da razão. Uma história que não seja integrada na cronologia filosófica do passado, mas ao processo imanente da filosofia até a consecução natural do esboço crítico da razão. Ela pode ter até permanecido durante muito tempo no combate direto entre intelectualistas e sensualistas, mas o criticismo como tal é a superação do conflito existente, pois ele nos indica as competências das faculdades reais do conhecimento, dando-nos uma regra *a priori* do entendimento, definindo o papel fundamental da sensibilidade, que nos fornece o objeto ainda indeterminado da experiência. É a conciliação de ambas que torna a filosofia uma ciência, isto é, inserida numa arquitetônica da razão.

Já dizia Kant que não se tratava de uma crítica dos livros ou dos sistemas, mas, diante da proposta de uma história da filosofia inteiramente transcendental, percebemos que a razão especulativa não está necessariamente separada do discurso interpretativo, pois “pensar em comum com os outros” também significa não romper o diálogo estabelecido com as filosofias do passado. Elas não se mostram indiferentes ao sistema da razão, pois ela contém o seu valor intrínseco diante dos problemas que sempre a atormentaram. É por isso que a *Crítica* não se mostra alheia aos sistemas filosóficos do passado, nem se pretende colocar acima dos resultados históricos obtidos anteriormente, mas ela é, na visão de Kant, o último degrau que a filosofia poderia alcançar, isto é, a superação propriamente dita do palco de disputas que sempre caracterizou a história da filosofia.

O autor da *Crítica* não quer dizer com isso que a filosofia tenha que se reduzir a uma mera historiografia conceitual, como se ela fosse um enorme depósito de opiniões. Ela seria, neste caso, não uma filosofia no sentido genuíno do termo, mas apenas uma *doxografia* das opiniões alheias. Mas não é aos doxógrafos que a filosofia deve estar destinada, mas aos verdadeiros cultivadores do talento da razão, isto é, daqueles que estabelecem um diálogo comum uns com os outros e onde a pedra de toque de toda a especulação seja a universalidade da razão e não a história cronológica das épocas filosóficas. É por isso que na sua resposta a Eberhard, afirmaria Kant que “na filosofia não há nenhum autor clássico”, pois, do ponto de vista da razão especulativa, não há como dizer que um autor seja mais importante do que o outro. Todos eles contêm o seu lugar no sistema da filosofia, muito embora tenham permanecido por muito tempo no embate antinômico da razão entre dogmatismo e ceticismo. Porém, sobre o assunto, afirma Ribeiro dos Santos (1995, p. 13) que “é esta antinomia metodológica que domina toda a *Crítica* e que esta mesma pretende superar, apresentando-se como ‘a única via ainda aberta’ para resolver cientificamente os problemas da razão pura e restabelecer a paz na república da razão”. A metáfora da qual o autor se utiliza nos indica muito bem o lugar que a *Crítica* ocupa na filosofia, mas, se para ela a via ainda continua aberta, é porque somente ela pode apaziguar o conflito histórico e estabelecer-se como ciência.

Logo nos apercebemos que o método estrutural e sistemático da história da filosofia é uma construção racional e *a priori* do processo imanente da razão, pois ainda que os fatos não sejam excluídos do sistema, ela não os busca na narrativa histórica ou na cronologia dos acontecimentos, mas na natureza racional posta como arqueologia filosófica. Ela reside inteiramente na razão e é por meio dos seus princípios que ela se desenvolve como teleologia na busca consistente de um fim último para a filosofia. Mesmo que ela ainda não tenha encontrado o caminho de uma crítica ou não tenha reconhecido a natureza teleológica da razão, para Ribeiro dos Santos (1995, p.16) “[...] tal história faz parte da filosofia, na medida que dá conta do desenvolvimento progressivo da razão humana segundo uma necessidade imanente, e não segundo a coerência empírica e a seqüência cronológica dos factos”. Com isso

encontramos dois sentidos que nos fazem ver a história da filosofia sob o ponto de vista da natureza da razão. Uma delas nos é delineada de maneira *a priori*, cujos esquemas ou princípios nos permitem conceber o desenvolvimento progressivo dos sistemas filosóficos. E o outro, por meio das metáforas biológicas, que nos sugerem uma composição orgânica ou sistemática para o desenvolvimento natural da razão.

Vista deste modo, Kant, no cerne da sua filosofia crítica, encontra um paralelismo crucial diante da perspectiva histórica com o plano transcendental da razão, pois o fator cronológico ou factual dos sistemas filosóficos não exclui o processo imanente ou conceitual da razão. Porém, é somente depois dela ter se tornado uma ciência, isto é, depois de ter adquirido uma consciência crítica de suas competências, que a razão percebe o propósito teleoforme da sucessão histórica da filosofia. Esta relação funda-se inteiramente na natureza da razão, mas antes que Kant pudesse estabelecer uma crítica, nem sequer se podia imaginar a possibilidade de uma história filosofante da filosofia. Ela somente se torna possível na medida que a razão toma consciência dos seus propósitos mais eminentes, das idéias e das antinomias que sempre a atormentaram e do conflito filosófico que perdurou constantemente na história entre os intelectualistas e sensualistas.

Agora reconhecemos que a reconstrução histórica pode conciliar-se mutuamente com a perspectiva transcendental da filosofia, que ela deriva de uma construção racional e ao mesmo tempo interpretativa dos sistemas filosóficos, e que ela também não exclui no sistema da história a perspectiva da revolução copernicana, sempre presente no espírito da filosofia kantiana. A sua reconciliação não está na história dos filósofos ou na cronologia dos sistemas, mas nos princípios da razão que se atém como teleologia imanente, isto é, da superação do dogmatismo e do ceticismo na história da filosofia, pois, como se diz, “[...] mediante uma crítica do seu próprio poder, colocar-se-ia ela num estado consistente, não só no exterior, mas também internamente, não precisando, além disso, ou mesmo já nem sequer sendo capaz, de uma extensão ou de uma restrição”. (KANT, 1995, p.19). Isso nos mostra como a *Crítica*, na medida que conhece os poderes da sua capacidade, não necessita

de mais nenhum elemento para a sua ampliação, reconhecendo nos conceitos *a priori* do entendimento a sua universalidade e necessidade.

Conceber então uma história da filosofia que seja verdadeiramente filosófica significa estabelecer uma unidade de medida que consiga ligar a diversidade dos sistemas com a filosofia genuinamente verdadeira, não por meio de conceitos já constituídos, mas da “idéia de uma ciência possível” determinada numa arquitetura da razão. É um ideal cujo propósito encontra-se nos princípios da universalidade, e cuja meta aproxima-se da cópia até então defeituosa da filosofia. Ela não se dá unicamente na multiplicidade dos sistemas filosóficos, mas no “arquétipo” da razão, do qual ela se utiliza para julgar a sucessão cronológica da filosofia. Se ela fosse um conceito determinado na razão, não haveria uma história da filosofia, nem mesmo aquela necessidade dela satisfazer-se no conhecimento, mas sendo a filosofia uma idéia, ou seja, um ideal que se prescreve na razão na busca de um fim, ela se torna, do ponto de vista da *faculdade de julgar reflexionante*, uma teleologia racional.

Finalmente é esta a perspectiva imanente de uma história *a priori* da filosofia, de um ideal que não exclui o sistema da razão nem a cronologia empírica ou verdadeiramente histórica da filosofia. De um ideal que não exclui, igualmente, no sistema da história, aquela perspectiva transcendental da filosofia que, na acepção de Kant, funda-se inteiramente na natureza da razão e onde nela encontram-se os *germes* necessários para o seu desenvolvimento. É só assim que a *Crítica* permite resolver o impasse das antinomias que sempre permeou a razão na história da filosofia. Pois, a retomada que Kant faz em detrimento das filosofias precedentes não acontece de maneira meramente casual, como se ela fosse apenas uma reflexão preliminar ou imparcial das doutrinas filosóficas, mas da superação que a filosofia crítica necessariamente pretende alcançar. É por isso que ela é, do ponto de vista metodológico, “a única via ainda aberta” na resolução dos problemas que sempre atormentaram a razão. Ao visar este fim explica Ribeiro dos Santos:

A solução de Kant é complexa, mas pode resumir-se como segue: o mundo sensível é o mundo objetivamente cognoscível, como sustentava Epicuro, mas apenas como mundo de fenômenos e não de coisas em si. Em contrapartida, o mundo inteligível é, como sustentava Platão, o mundo verdadeiramente real, mas não é, enquanto tal, cognoscível: é objeto não do conhecimento (*noumenorum non datur scientia*), mas da liberdade; não da razão teórica, mas da prática. Vemos assim a importância estratégica das distinções entre “mundo sensível” e “mundo inteligível” e entre “fenômenos” e “noumenos” que Kant foi buscar aos Antigos, restaurando-as no que pensava ser o seu primigênio significado para as colocar ao serviço dos propósitos próprios da filosofia crítica. (LEONEL, 2005, p. 13, grifo do autor).

O concurso da Academia de Berlim, cujo alvo de investigação era a filosofia kantiana, proporcionou uma grande oportunidade do filósofo repensar o sistema da crítica e a sua relação com as doutrinas filosóficas do passado. Embora não houvesse respostas prontas e acabadas, mas sempre sob a forma interrogativa da idéia posta por ele de uma história filosofante da filosofia, de uma maneira ou de outra elas nos anunciam, do ponto de vista conceitual, algumas saídas estratégicas de caráter sistemático e orgânico tematizadas pelo filósofo na primeira *Crítica*. Pois, ao nos falar da possibilidade de uma “história da razão pura” e que ela seria concebida do ponto de vista da natureza da razão, não se sabia ainda como ela se relacionaria com o sistema da história, muito menos com a diversidade que ela nos apresentava. Mas, natureza e sistema, segundo Kant, só se tornam possíveis como tais diante da possibilidade de uma história *a priori* da filosofia, cuja relação faz parte do progresso imanente e conceitual de uma razão filosófica.

É assim que Kant nos fala não de uma história de erudições, mas de uma que seja ela mesma parte integrante da filosofia, isto é, que possa ser de tipo matemático, cujos *esquemas* se compreendem como arqueologia filosófica, ou cujo ideal possa integrar-se no sistema da razão numa espécie de teleologia humana, não como algo determinante ou constitutivo, que apreende a síntese do objeto por meio das faculdades do conhecimento, mas da

*faculdade de julgar reflexionante*,<sup>39</sup> que busca, mediante a reflexão, a teleoformidade dos seres organizados e a especificação de toda a natureza. A sua relação e conformidade encontram-se nos esquemas que cada filósofo apresentou na história da filosofia, sendo por meio deles que a historicidade da razão, que é de um gênero tão particular, pode ser delineada *a priori* ou compreendida como arqueologia filosófica.

Agora compreendemos como Kant, no final da primeira *Crítica*, pode nos falar ou pode conceber uma história inteiramente transcendental da filosofia, isto é, vista a partir da natureza da razão humana. De uma história que também se constitui numa arquetônica da razão, que prescreve por meio dos germes implantados na sua natureza uma história sistemática da filosofia, ou seja, de tipo biológico, como se fosse o desenvolvimento de um organismo. É assim que “o todo é portanto articulado (*articulatio*) e não amontoado (*coarcervatio*), podendo, é verdade, crescer internamente (*per intus sus ceptionem*), mas não externamente (*per appositionem*) [...]”. (KANT, 1983, p. 405). Porém, a finalidade que é prescrita na articulação desse todo não é aquela da *dedução transcendental*, da qual o entendimento nos fornece a síntese para o múltiplo das intuições, mas da reflexão, ou seja, da especificação sistemática das doutrinas filosóficas. Por isso ser ela um sistema que nos prescreve um juízo de ordem reflexiva, do mesmo modo daquela encontrada na terceira *Crítica*, e que insere a natureza não num amontoado de idéias, mas na organização sistemática para a apreciação dos seus produtos.

São essas as condições ou os pressupostos inseridos (também por meio de uma experiência filosofante) na perspectiva de uma história *a priori* da filosofia. Uma relação que no plano da reflexão ou da idéia fundada na razão

---

<sup>39</sup> Não é inteiramente estranho atribuir uma finalidade na história se esta estiver ligada ao princípio do juízo reflexionante teleológico tal como o é na *Crítica do Juízo*, pois sua característica maior é a “especificação do diverso sob um conceito dado”, isto é, de um princípio no qual a razão se utiliza, mediante a reflexão, para a classificação dos seus respectivos objetos. Nas palavras de Kant (1980, p.180): “o princípio do juízo reflexionante, pelo qual a natureza é pensada como sistema segundo leis empíricas, é, porém, meramente um princípio *para o uso lógico do juízo*, decerto um princípio transcendental segundo sua origem, mas somente para considerar a priori a natureza como qualificada para um *sistema lógico* de sua diversidade segundo leis empíricas”. Se a filosofia jaz apenas como idéia e não como conceito determinado na razão (já que ela não se mostra como imutável e duradoura), verifica-se então que também se trata de um princípio para o uso lógico do juízo na aceção de uma história *a priori* da filosofia, ou seja, de uma história cujo ideal encerra-se na especificação interpretativa dos sistemas filosóficos.

une a perspectiva transcendental com o plano histórico-cronológico, conciliando, por meio dessa mesma experiência, o sistema da história com o da razão. Mas foi somente com a *Crítica*, isto é, quando a razão pela primeira vez tornou-se capaz de medir a sua capacidade, que ela pôde também se apresentar como a recapitulação de uma história filosófica e imanente da filosofia, de um produto que surge em germes por *generatio aequivoca* e se desenvolve a partir dos esquemas na constituição arquitetônica e teleológica da razão.

Sendo a *Crítica* o último passo que a metafísica deveria alcançar no estabelecimento definitivo da sua moradia, isto é, o último degrau do qual a razão atinge na consecução arquitetônica e orgânica de uma história filosófica, ou até mesmo de uma filosofia cujo juízo agora torna-se inteiramente amadurecido, para Guérault,<sup>40</sup> esta mesma idéia da qual se compartilha com o filósofo crítico, configurar-se-ia numa espécie de “dialética imanente” da razão. Pois, não querendo excluir a noção de progresso, compreende ele que a história da filosofia no seu sistema encontrar-se-ia separada da sua própria temporalidade. Como ele diz, a filosofia é o “[...] devenir temporel de l’histoire des idées en faisant de lui l’expression phénoménale d’un développement logique interne de la raison”. (GUEROULT, 1988, p. 373). Compreendemos então não uma história dos fatos ou da humanidade, mas um sistema *a priori* e abstrato arraigado inteiramente no processo histórico-filosófico, não apenas como uma ciência da totalidade, mas como se fosse um produto intrínseco e imanente da razão.

É a partir da noção de progresso que a história da filosofia se reconhece na razão, ou seja, de modo inteiramente *a priori*. Ela promove o desenvolvimento dos interesses mais gerais da razão até a instauração da crítica propriamente dita. Percebemos neste caso que esta idéia, tal como Guérault a compreende, é o resultado de uma característica inerente da razão, um esquema abstrato que permite promover os fins necessários que ela sempre buscou.

---

<sup>40</sup> Cf. GUEROULT, M. *L’histoire de la philosophie comme système abstrait et a priori de l’histoire de la raison*. In: *Histoire de l’histoire de la philosophie*. Paris: Aubier, 1988, pp. 373-98.

A partir dessa interpretação Guérout não descarta o caráter revolucionário que caracteriza conseqüentemente a história da filosofia. É uma revolução resultante do conflito das doutrinas filosóficas do passado, pois, como diz, “l`histoire de la philosophie avant la critique, c`est l`histoire de l`époque barbare de la pensée philosophique, état de nature qui est un état de guerre”. (GUEROULT, 1988, p. 377). Todavia, a paz tão almejada encontra o seu repouso com a chegada do período crítico, ou seja, do advento da verdadeira filosofia como sendo a resposta definitiva do eterno conflito entre intelectualistas e sensualistas, entre o dogmatismo e o ceticismo.

O resultado definitivo e progressivo da razão é para Guérout uma estrutura intemporal e característica da filosofia kantiana. Segundo ele, é por meio deste ato racional que a filosofia adquire um corpo sistemático na totalidade conceitual e orgânica do conhecimento. É, neste caso, uma concepção abstrata e determinante que torna possível uma história filosofante da filosofia. É uma noção inteiramente relacionada com a concepção dada por Fülleborn, um discípulo assíduo de Kant que ressalta como a filosofia, na sua oscilação cíclica, se desenvolve na história. Segundo o autor, as doutrinas filosóficas do passado estão relacionadas com interesses mais gerais da razão. Todas elas estão fundadas no espírito (*Geist*) da natureza humana fazendo com que cada doutrina filosófica possa constituir um todo sistemático. Para Fülleborn, portanto, a história da filosofia mostrar-se-ia não só ao sistema da razão, mas também numa orientação abstrata do espírito que confere força e coerência aos sistemas filosóficos<sup>41</sup>.

Esta concepção representa a tentativa de um primeiro esboço para a história da filosofia em detrimento da filosofia kantiana. Ela é o devir que se desenvolve na história buscando a teleoformidade necessária como arqueologia filosófica. Não sendo de outro modo “l`esprit critique apparaît alors comme seul capable de révéler l`esprit de tout le devenir”. (GUEROULT, 1988, p. 384). É unicamente dessa maneira que ela pode se apresentar como ciência completa da totalidade, ou seja, como o sistema de todo o conhecimento filosófico e como a possibilidade de uma filosofia inteiramente *a priori* na razão.

---

<sup>41</sup> Cf. Fülleborn. *Was heisst den Geist einer Philosophie darstellen?* In: Micheli, G. *Kant storico della filosofia*. Padova: Antenore, 1980, p. 15.

Como já vimos anteriormente, a metafísica sempre foi uma área do conhecimento que permaneceu sem um terreno seguro no qual pudesse se apoiar. Todavia, ela sempre percorreu, segundo Kant, os três estágios que a filosofia necessariamente realizou, pois se ela faz parte da faculdade humana de conhecimento, então a história da filosofia é algo intrinsecamente ligado ao desenvolvimento conceitual da razão. É uma característica que não busca apenas uma narrativa histórica, mas a extrai inteiramente da natureza humana.

Esta concepção permeia inteiramente a questão proposta por Kant, ou seja, “se a história da filosofia poderá ser uma parte da *filosofia* ou se deve integrar-se na história da erudição em geral”. (KANT, 1995, p. 132). Mas, como percebemos, ela não pode pertencer a esta erudição, pois se ela é um produto inerente da razão, ou se ela se torna possível até mesmo matematicamente falando, então uma história filosófica só pode fazer parte dos progressos realizados pelo espírito humano. A possibilidade de uma história da filosofia inteiramente *a priori* nos indica segundo a concepção kantiana a totalidade dos “factos da razão”, ou seja, como se fosse uma consecução lógica ou uma disposição necessária do espírito para a sucessão temporal e racional dos três estágios realizados pela metafísica. Esta idéia não nos contempla com uma ordem cronológica da filosofia, muito menos uma disposição empírica dos fatos históricos, mas segundo a lógica intrínseca do vivo, movida sempre segundo os princípios mais gerais da razão.

Para Guérout, cuja história também não escapa do ideal prescrito, a noção de “progresso” se concilia inteiramente com a idéia de “revolução”. Esta concepção torna-se o pressuposto arquetônico da razão na consecução da filosofia, seja a partir dos esquemas *a priori* ou dos germes originários que fazem parte da aquisição natural da razão. Na filosofia kantiana, esta é uma característica que determina sucessivamente as etapas do processo filosófico, ou seja, daquele processo que confere à filosofia uma ordem sistemática e arquetônica nos conceitos da razão. Isto nos mostra, portanto, que a realização de cada revolução filosófica significa muito propriamente a instauração de uma nova etapa do conhecimento humano, não um esquema de ordem cumulativa ou factual, mas da razão que se desenvolve de maneira conceitual. Pois, para os filósofos, diz Kant, é como se “eles tivessem tido

debaixo dos olhos” esse mesmo esquema no qual permite o desenvolvimento da filosofia e da sua história.

Parece ser evidente então a afirmação de Guérault segundo a qual a história da filosofia é um resultado significativo do desenvolvimento da razão humana. Para ele, esta concepção é determinante e necessária para a compreensão de uma história filosofante da filosofia, ou seja, de um processo que se inicia num estado de guerra entre os filósofos empiristas e idealistas e termina com o estabelecimento da filosofia crítica e com o fim do conflito das doutrinas filosóficas. Esta noção está conseqüentemente relacionada com a forma sistemática da filosofia, pois é somente através das leis fundamentais da razão que a história da filosofia se desenvolve de maneira *a priori*, não conforme a erudição humana, mas como algo que está intrinsecamente ligado no procedimento das doutrinas filosóficas até a chegada da *Crítica* propriamente dita. Portanto, é com o advento do criticismo que este palco de disputas se resolve e a paz se estabelece, já que, conforme Guérault, “[...] elle mettra fin à l`histoire des idées em pacifiant définitivement tous les conflits possibles de doctrines”. (GUEROULT, 1988, p. 379).

Porém, de acordo com a apreciação filosófica de Lucien Braun<sup>42</sup>, a concepção kantiana de uma história filosófica está diretamente relacionada com a idéia da totalidade. Pois, segundo ele, um organismo somente se constitui como sistema se houver uma articulação na apreciação das partes correspondentes, isto é, se elas se potencializarem corretamente na formação e constituição do todo. Esses são os elementos essenciais de que Kant se utiliza na compreensão de uma “história ideal” da filosofia, uma relação que não busca apenas uma narrativa histórica, mas a ordem pela qual se filosofou até agora. Na visão mais elementar do comentador, “la philosophie elle-même est une activité réelle, une manifestation concrète et historique tout comme l`art ou la science de la nature”. (BRAUN, 1973, p. 210). Com efeito, é somente a partir desta manifestação inteligível da filosofia que ela se constitui historicamente como sistema.

---

<sup>42</sup> Cf. BRAUN, L. *L`histoire de la philosophie a l`heure du criticisme*. In: *Histoire de l`histoire de la philosophie*. Paris: Editions Ophrys, 1973, pp. 205-60.

A análise feita por Braun na relação da sistematicidade filosófica não difere muito daquela exposição de Micheli ao pensar a história da filosofia como estrutura orgânica. Neste caso, ambos consideram que a concepção kantiana acerca da historicidade filosófica encerra um sistema arquitetônico mediante os princípios da razão. É esta a característica que torna o conhecimento comum uma ciência arquitetada sistematicamente, pois é a partir daí que a filosofia e a história se unem numa arqueologia da forma dada pela idéia do todo, ou como princípio da finalidade do conhecimento.

A finalidade da qual se fala aqui encontra o seu escopo final com o estabelecimento da crítica da razão, ou seja, do alcance da filosofia na sua totalidade e da satisfação completa da razão. Como Braun afirma, “[...] la philosophie critique constitue le fondement d’une espèce de paix philosophique entre les philosophes”. (BRAUN, 1973, p. 211). Ela deve promover sempre o fim último do conhecimento humano na articulação racional de um sistema, arquitetônico e orgânico segundo os pressupostos da crítica, isto é, do juízo amadurecido da época, e satisfazer todas as suas necessidades<sup>43</sup>.

Esta procedência encontra o seu fim na unidade sistemática do conhecimento, isto é, na relação da “causa final” com a idéia do todo, e como “causa formal” desta mesma unidade enquanto princípio interno e imanente da razão. É por meio deste procedimento que Kant compreende uma história da filosofia que seja uma arqueologia filosófica, pois ela estrutura os fatos de maneira esquemática e *a priori* a partir do desenvolvimento progressivo da razão humana. Percebemos com isso que “não se pretende saber o que se argumenta, mas o que se obteve pelo discorrer mediante simples conceitos”. (KANT, 1995, p. 133). Uma leitura arqueológica da filosofia só representa a possibilidade de uma articulação conceitual e imanente da razão se ela igualmente integrar o reino dos fins, isto é, se ela mesma integrar-se na teleoformidade imanente da razão. É, enfim, o meio pelo qual as doutrinas

---

<sup>43</sup> Esta relação é fundamental e determinante na concepção que se estabelece aqui, no modo e na forma nos quais caminha a razão, pois, segundo Kant, “o terceiro e mais recente passo que a metafísica deu e que deve decidir o seu destino é a própria crítica da razão pura, no tocante ao seu poder de alargar *a priori* o conhecimento humano em geral, quer em relação ao sensível ou ao supra-sensível”. (Cf. Kant, I. *Os progressos da metafísica*. A 20). Lisboa: Edições 70, 1995.

filosóficas se constituem como sistema na tentativa de alcançar a máxima unidade do conhecimento.

Le progrès comme sommation successive et le progrès comme installation définitive de la vérité sont dépassés ici, comme le scepticisme et le dogmatisme, par l'idée d'un progrès dont les connotations essentielles seraient: d'abord la connaissance de la raison par elle-même (connaissance définitive, ressemblant, sous ce rapport à celle de la première *Aufklärung*), puis l'abandon de l'idée de vérité absolue (connaissance sceptique, ressemblant, sous ce rapport, à celle des empiristes); ensuite, l'idée d'un inventaire de toutes les formes possibles de philosophie à partir de la connaissance des principes de la raison; puis, l'idée d'un développement par concepts rendant compte de la succession des philosophies; enfin, la compréhension adéquate, *ex principiis*, de tout le passé de la philosophie. Le progrès, c'est donc celui que constitue la philosophie critique elle-même, comprenant désormais l'histoire de la philosophie comme philosophie. (BRAUN, 1973, p. 222).

Compreender nesses termos uma arqueologia filosófica é o mesmo que instituir no raciocínio uma ordem esquemática para os conceitos da razão. Mas como se viu, esta ordem não é neste caso uma totalidade acabada do desenvolvimento filosófico, nem um edifício plenamente constituído em bases seguras, mas é uma consecução natural que torna a contradição filosófica uma necessidade útil da razão. Este procedimento é uma característica necessária que determina a possibilidade de uma história *a priori* da filosofia. Ela constitui, por assim dizer, uma parte integrante dos sistemas que compreendem todo o processo histórico-filosófico.

Segundo Braun, a contradição existente entre as doutrinas filosóficas significou para Kant uma disposição benéfica da razão no progresso exaustivo do conhecimento. Da mesma forma, esta relação é para Micheli o princípio autêntico da atividade historiográfica, uma característica que une o sentimento de conhecer com a necessidade filosófica de querer atingir a verdade. Esta concepção é “[...] infatti tanto un principio di unità per la storia della filosofia quanto una norma per l'interpretazione nell'attività storiografica”. (MICHELI, 1980, p. 253). É um princípio que une indissolúvelmente os três estágios da

metafísica no desenvolvimento progressivo do conhecimento, ou seja, da constituição completa de uma arqueologia filosófica.

É em meio a necessidade racional pela busca da verdade que a idéia de uma história da filosofia *a priori* se torna possível. O seu modo de ser, ou de proceder segundo as imagens ou esquemas da razão, não é uma negação absoluta da verdade, mas uma revolução que conserva o valor intrínseco das doutrinas filosóficas do passado. Ela é a evidência mais alta da aquisição do conhecimento, ou seja, do modo pelo qual ela mesma se transforma num sistema arquitetônico da razão. É em virtude somente do princípio da necessidade da razão (*Bedürfnis der Vernunft*) que se funda a possibilidade de uma história filosofante da filosofia. É a partir deste princípio, o da necessidade racional de completar o sistema do conhecimento, que se une indissolúvelmente a historiografia com a filosofia propriamente dita, pois, explica Braun, que é neste mesmo sentido que a noção de “progresso” significa muito precisamente o desdobramento da razão na história e na formação de uma arqueologia filosófica: “Le progrès, c’est donc celui que constitue la philosophie critique elle-même, comprenant désormais l’histoire de la philosophie comme philosophie”. (BRAUN, 1973, p. 222). É, por meio disso, uma atitude arraigada na natureza da razão humana em vista do sistema completo do conhecimento filosófico como ciência.

Esta posição não difere daquela concebida por Guérout, pois ambos consideram aqui que a concepção kantiana sobre a história da filosofia se conduz naturalmente por um processo abstrato e imanente da razão. Somente a *Crítica* é capaz de eliminar o conflito sempre existente das doutrinas filosóficas do passado. Ela é a instauração definitiva, a revolução súbita e reconciliadora da razão com a verdade filosófica. A possibilidade de uma história da filosofia *a priori* está completamente relacionada com o devir filosófico percorrido pela razão. Esta determinação é conclusiva para Guérout, pois “l’esprit critique apparaît alors comme seul capable de révéler l’esprit de tout le devenir”. (GUEROULT, 1988, p. 384, grifo do autor). Esta noção é completamente aceitável se a filosofia for considerada como aquele ideal que permite conceber o conhecimento especulativo numa estrutura arquitetônica da

razão. Este ideal não representa a história da erudição, mas do espírito que se desenvolve por meio de conceitos.

Depois de Kant e principalmente a partir de Fülleborn, tornou-se uma característica muito marcante entre os historiadores quererem resgatar o verdadeiro método do espírito filosófico. Esta noção provocou uma mudança muito grande na determinação do conceito de filosofia, pois Kant nos mostrou que o espírito filosófico jamais se instituiria com a *Crítica* se antes ela não tivesse passado necessariamente pelos estágios do dogmatismo e do ceticismo. É uma unidade prescrita e fundada nas imagens e esquemas da razão, na concepção orgânica e arquetônica do conhecimento, isto é, como algo intrinsecamente arraigado no desenvolvimento da razão humana e cuja totalidade se concretiza com a instauração do criticismo.

O espírito crítico da filosofia kantiana provocou uma grande revolução na maneira de pensar a história da filosofia. Foi uma característica que modificou inteiramente o objeto sobre o qual repousava a historiografia filosófica, pois a marca mais irrevogável desta concepção foi a subsunção do processo histórico sob a razão, ou seja, da relação intrínseca entre o conhecimento e a capacidade de conhecer. Não é uma história cronológica da filosofia que se desenrola na história, mas dos poderes e da faculdade humana de conhecer.

Esta concepção foi ainda mais marcante e explícita no neo-kantismo do século XIX, e também mais apreciada na dialética hegeliana sobre a filosofia e a história, pois, Braun, neste sentido, irá mostrar que “rien ne peut naître (par explicitation, par analyse) qui ne procède de la synthèse originare que constitue ici les pouvoirs de l'esprit pensant”. (BRAUN, 1973, p. 231). Isto nos mostra, portanto, que a história da filosofia contém uma exigência ainda maior do que ser simplesmente uma sucessão cronológica dos fatos. Ela nos mostra em Kant o fundamento primordial e inteligível dos poderes da razão humana.

Acredita Braun por isso que a sucessão cronológica dos fatos apenas nos indica a existência de um sistema na história da filosofia, mas não nos diz como ela necessariamente se origina na razão. Não teríamos neste caso a possibilidade de uma história filosofante e *a priori*, de uma história que integrasse a própria filosofia no sistema arquetônico da razão, mas, neste caso, apenas uma representação empírica e *rapsódica* de uma *filodoxia* em

geral. É por isso que ela exige mediante os princípios uma ordem mais inteligível do que simplesmente estabelecer uma sucessão cronológica. Kant modifica com isso inteiramente o campo no qual se apoiava a historiografia filosófica, pois não se trata aqui da erudição humana em geral, ou da história pura e simples da humanidade, mas da faculdade de conhecimento.

Diante do pressuposto arquitetônico e orgânico da filosofia, percebemos que a razão contém uma necessidade natural e necessária de conhecer. Um princípio inteligível que torna a verdade filosófica uma espécie de corpo doutrinal no desenvolvimento progressivo da história da filosofia. Compreendeu-se com isso que a originalidade do conhecimento não é ainda um sistema completo da razão humana, pois, para Kant, ela concilia-se com a historicidade propriamente dita do pensamento racional. É, neste caso, um processo imanente do devir filosófico que nos indica a continuidade progressiva do conhecimento especulativo, ou seja, da permanência intrínseca da razão que se inicia originalmente no dogmatismo e termina com a instauração do criticismo em geral.

Esta característica irrevogável e determinante da concepção kantiana acerca da história da filosofia mostra que ela é uma exposição exaustiva do devir filosófico como ciência. Se não fosse por esse fato, o conhecimento especulativo não pertenceria à unidade da razão, pois, como já dizia Kant (1983, p. 405), sob o governo dela não é “[...] admissível que os nossos conhecimentos perfaçam uma rapsódia; ao contrário, têm que constituir um sistema unicamente no qual é possível sustentar e promover os fins essenciais da razão”. Com efeito, na história do seu desenvolvimento, ela alcança a totalidade sistemática do conhecimento, não na cronologia dos produtos conceituais da razão, mas numa unidade coerente do desenvolvimento progressivo da filosofia, ou seja, daquele elemento esquemático e arquitetônico que torna o conhecimento rapsódico uma ciência.

Esta marca intrínseca da filosofia kantiana se relaciona com o aspecto pragmático concedido à história da filosofia, pois ela busca mediante os conceitos racionais a totalidade sistemática do conhecimento constituído como ciência. Ela nasce dos esforços essenciais e constitutivos da razão que busca *conhecer o universal no particular* na finalidade sistemática e reflexiva do

conhecimento especulativo. Não é através da erudição que ela se realiza como unidade sistemática, mas da razão que se desenvolve como arqueologia filosófica até a instauração da verdade propriamente dita. Esta característica é determinante no devir do espírito filosófico para a busca desta totalidade, pois é com a chegada da *Crítica*, isto é, do juízo amadurecido da época, que ela atinge a sua finalidade tão esperada e tão almejada no sistema do conhecimento.

Se não fosse por essa idéia desde sempre oculta na razão (*Idee des Ganzen*), nem mesmo a metafísica conseguiria elaborar e reunir os materiais suficientes para a realização do processo crítico da filosofia. Porém, como se trata de um princípio universal e *a priori* da razão, tudo caminha necessariamente para a consecução arquitetônica do conhecimento humano, na sua concepção biológica e orgânica da razão, seja ela na fundamentação da metafísica ou no sistema proveniente da razão pura. É este o esquema a partir do qual se julga toda a tentativa da razão em favor da verdade, pois, neste caso, “[...] este arquétipo deve servir para julgar toda a filosofia subjetiva, cujo edifício é freqüentemente tão diversificado e tão mutável”. (KANT, 1983, p. 407).

Diante dos esquema ou imagens presentes no sistema kantiano, da faculdade reflexiva e da capacidade de julgar em geral, ou da teleoformidade do próprio juízo reflexivo, a consecução das doutrinas filosóficas torna-se para Kant um produto abstrato e imanente da execução dos poderes da razão humana. Este processo nos revela uma teleologia racional para a idéia de uma finalidade interna do desenvolvimento progressivo dos conceitos filosóficos. Esta finalidade é o aspecto fundamental que torna o criticismo a expressão mais alta da verdade, ou seja, a constituição definitiva de uma arqueologia conceitual no processo histórico da filosofia. Para Kant, o seu sistema filosófico torna-se o resultado estabilizador e apaziguador do eterno conflito ocorrido na filosofia, isto é, a manifestação mais alta e exuberante da razão e do conhecimento especulativo que elimina a visão limitada do dogmatismo e exclui de maneira exaustiva toda a dúvida antes exaltada pelo ceticismo.

## 5. Considerações finais

---

Como se observou ao longo da investigação, todas as referências de caráter filosófico ou erudito que se encontraram nas lições de Kant durante o período de docência e formação significaram muito precisamente uma visão geral, porém, significativa da história da filosofia. Elas não se caracterizaram apenas como uma análise geral historiográfica, mas como profundas reflexões acerca das doutrinas e teses filosóficas. É por isso exatamente que não se pode dizer que Kant tenha sido um historiador da filosofia, pois, como vimos, ele não tratou as questões da filosofia de forma erudita ou de maneira aparentemente cumulativa, mas de um modo inteiramente filosófico. Por outro lado, as demais análises referentes à história da filosofia a partir da primeira *Crítica* serviram como justificção do próprio criticismo em geral. Como lá se lê<sup>44</sup>, trata-se, portanto, de descobrir como a história da razão humana conseguiu encetar um caminho seguro para as ciências. E se a metafísica se mostrou até agora como um campo de batalhas intermináveis, ela se resolveria não através dos livros, nem daqueles estudiosos que faziam da história a sua própria filosofia, mas pela própria capacidade crítica da razão, não só com relação a ela mesma no exercício dos seus poderes, mas também como crítica da faculdade do conhecimento.

Além das lições e dos cursos introdutórios que Kant oferecia nas aulas, a sua relação com a história da filosofia não termina e nem se esgota com a chegada da publicação da primeira *Crítica*, como aliás habitualmente se costuma pensar. Esta mudança significou, não um esgotamento do tema, mas apenas um ponto de partida da virada kantiana na filosofia e no seu modo de pensar as filosofias e doutrinas do passado. Pois a análise e o diálogo que Kant estabelecia com os filósofos anteriores não tinha como finalidade fazer uma coleção de idéias já postas ou colocadas por alguém, como se fosse apenas o recolhimento de dados empiricamente estabelecidos, mas o de instituir na história da filosofia a sua verdadeira dignidade filosófica, isto é, o

autêntico reconhecimento do que lhe é merecido na constituição de uma história filosofante, de uma razão que encontra na crítica, ou na sua propedêutica, o verdadeiro estatuto teleológico na imanência das idéias, do reconhecimento das suas antinomias e do autêntico valor que exerce a *Crítica*, como sendo ainda a única via capaz de solucionar os problemas que sempre atormentaram a filosofia. Para enaltecer esta novidade escreve Kant:

O objetivo desta Crítica da razão pura especulativa consiste naquela tentativa de transformar o procedimento tradicional da Metafísica e promover através disso uma completa revolução na mesma segundo o exemplo dos geômetras e investigadores da natureza. É um tratado do método e não um sistema da ciência mesma; não obstante traça como que todo o seu contorno, tendo em vista todos os seus limites como também toda a sua estrutura interna. Pois a razão pura especulativa possui a peculiaridade de que pode e deve medir a sua própria faculdade segundo as diversas maneiras de escolher os seus objetos de pensamento, bem como enumerar completamente os vários modos dela se propor tarefas e traçar assim todo o esboço de um sistema da Metafísica. (KANT, 1983, p. 14).

Se a *Crítica* contém de fato a vantagem de medir a sua força, de avaliar as suas idéias e constituir ela mesma um sistema, então somente ela possui a capacidade de julgar as doutrinas do passado e avaliá-las conforme as suas possibilidades de conhecimento. De instituir, no sistema da história, uma idéia inteiramente filosófica da filosofia, ou da idéia de uma razão que não faz outra coisa a não ser desenvolver-se como *generatio aequivoca*, do mesmo tipo daquele ideal hegeliano, porém, não de maneira gradativa de um conhecimento que retorna a si mesmo, mas do esforço e das antinomias que sempre caracterizaram a história da filosofia. Tudo isso pode ser apreendido da tarefa percorrida pela razão ou da finalidade que ela necessariamente alcança com a *Crítica* no estabelecimento arquitetônico das suas faculdades ou da compreensão histórica da filosofia.

---

<sup>44</sup> Cf. KANT, I. *Prefácio à segunda edição*. In: *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (B XI.)

Então, a idéia que mais interessou ao filósofo, a que mais serviu-lhe como justificação para o estabelecimento de uma crítica, não foi a prerrogativa de uma história que apenas colocasse, na sua coleção, os factos empiricamente relatados, mas daquilo que estava inteiramente arraigado no ideal imanente da razão. De uma história que não fosse apenas uma reunião erudita das idéias e dos acontecimentos, mas do verdadeiro ideal filosófico que nasce e se desenvolve em germes na razão como teleologia humana do conhecimento. A sua característica maior está na apreensão do saber, ou naquilo que a razão pode ou não conhecer, ou seja, da época crítica, da qual a partir dela tudo se pode julgar e apreciar segundo as suas fontes de conhecimento. Antes dela nenhuma história que fosse filosófica era possível, mas com o estabelecimento das verdadeiras fontes ou princípios da razão, depois da metafísica ter excluído as aparências até então recorrentes no dogmatismo, uma história filosofante torna-se verdadeira e realizável.

Esta história não é construída por meio dos fatos já existentes, como se eles já estivessem ali, prontos e acabados. Porém, só existem como tais porque fazem parte do desenvolvimento progressivo da razão, isto é, porque pertencem a faculdade teleológica do conhecimento. É só assim que uma história *a priori* torna-se possível, seja ela para a concretização de um ideal filosófico ou para a constituição de uma crítica que, segundo Kant, elimina todas as aparências que persistiram tanto na filosofia como na história. O que há, então, não é a exposição pura e simples dos relatos, mas do modo e da forma como eles são interpretados, ou do sentido que a eles são imputados. Como nos mostra Ribeiro dos Santos (2005, p.18) “[...] o que ele aí procura é um sentido que revela os factos e os torna relevantes, para além da superfície das efemérides que a historiografia capta e relata”.

Tal foi o propósito e a ruptura que Kant forneceu para o significado de uma história até então diversa do seu verdadeiro ideal filosófico, de um propósito inteiramente novo que fosse parte integrante da própria filosofia e que não excluísse o sistema da história em detrimento da concepção transcendental da razão. De uma abordagem que reunisse indissolivelmente a interpretação dos sistemas filosóficos com a razão teórica ou especulativa da filosofia. Pois são vários os pressupostos que nos levam à idéia de uma história

filosófica, isto é, da representação de uma arqueologia conceitual e interpretativa dos sistemas de filosofia, como algo que está inteiramente fundado na natureza da razão, obtendo-se assim a consecução de uma história *a priori* da filosofia. Mas embora não encontremos um desenvolvimento mais sistemático das teses kantianas que aqui se anunciam, por outro lado elas não se excluem, fornecendo-nos uma interessante relação entre a filosofia transcendental e a perspectiva histórica dos sistemas filosóficos.

É aí que reside o fator crucial da filosofia crítica na relação com a sua história, ou seja, que ela só pode ser reconstruída ou reinterpretada de acordo com o exercício do pensamento. Mas esta tarefa só é realmente empreendida com o alcance da idéia de filosofia, ou depois do estabelecimento crítico da razão, que mostra não só o que aconteceu nas filosofias do passado, mas o que realmente deveria ter acontecido. É por isso que o valor da *Crítica*, aquilo que mais a caracteriza, não consiste somente na realização de uma fisiologia do entendimento, ou de uma crítica que fosse inteiramente indiferente de qualquer sistema filosófico. Mas ambas se caracterizam no paralelismo existente entre a especulação filosófica e a interpretação histórica da filosofia, isto é, da investigação acerca do conhecimento com aquilo que já se estabeleceu na história e no tempo, ou, como já se disse, da época crítica, sendo ela o termo médio entre dogmatismo e ceticismo.

Além da elaboração ou interpretação dos sistemas filosóficos, da própria idéia de filosofia ou dos filosofemas que se constituíram na história, mais interessante foi o modo pelo qual Kant elaborou a possibilidade de uma história filosófica da filosofia, fazendo das metáforas biológicas um poderoso recurso na explicitação estrutural de um determinado conceito. Portanto, de um comparativo ideal, antes de tudo analógico, cujas imagens nos permitiram perceber, além da sua elucidação, uma história da filosofia como arqueologia filosófica, não de maneira coercitiva ou rapsódica, mas como se fosse propriamente um organismo que nasce em germes na razão. Se assim procede o estilo lingüístico da filosofia kantiana, então, segundo Ribeiro dos Santos (1994, p.30), “[...] pode dizer-se que Kant, mediante a crítica da razão, rompe o estreito círculo da univocidade cartesiana e recupera o princípio da analogia, não já como *analogia entis*, segundo a acepção de Aristóteles, mas, segundo o

sentido da filosofia crítica, como *analogia rationes*". É esta a idéia ou dispositivo regulador da *Crítica* com a interpretação das filosofias do passado, da sua amplitude conceitual ou da utilização metafórica para a explicação de uma história filosófica ou *a priori* da filosofia.

As metáforas, de uma maneira ou de outra, não constituem propriamente um obstáculo para a exposição kantiana dos conceitos. Significam, antes de tudo, agudeza filosófica, isto é, capacidade de criar e recriar o mundo fenomênico que aparece, mas não sob a forma de imitação, pois essa não seria filosófica, mas mediante a participação legisladora da razão. Diz Kant que não devemos ser os artistas na prática da filosofia (*Vernunftkünstlern*), mas propriamente o legislador (*Gesetzgeber*), aquele que essencialmente promove os fins essenciais da razão. É assim que procede a *Crítica* nos seus elementos mais significativos, ou seja, do conhecimento como fenômeno e da conexão das imagens por meio daqueles esquemas da faculdade da imaginação, conciliando a harmonia entre pensamento e conceito, ou da filosofia propriamente dita inserida num organismo, como se fosse a totalidade orgânica ou sistemática das faculdades de conhecimento.

Pode até parecer estranho ou inteiramente impróprio o uso de metáforas numa filosofia que se considera ser, como afirma Kant, a crítica propriamente dita da razão, ou seja, um sistema que parte inteiramente das fontes originárias de um conhecimento puro e *a priori*. Ainda mais inoportuno seria a admissão, já aceita, de uma história filosófica ou racional, se não fosse a utilização das metáforas no texto kantiano, pois são exatamente elas que oferecem uma elevação maior, exclusivamente poética ou imaginária, na exposição efetiva do conceito. Além de nos fornecer uma amplitude mais estética – típica do linguajar metafórico kantiano – nos dá ainda a perspicácia de um entendimento global ou até orgânico de uma dada teoria<sup>45</sup>. Se não fosse assim, não haveria

---

<sup>45</sup> Diante da exposição presente, não só teórica da filosofia kantiana, mas sobretudo da validade positiva e essencial das metáforas nas obras filosóficas, diz, então, Ribeiro dos Santos (1994, p.69): "O estudo das metáforas kantianas revela-se, por isso, de particular importância para uma adequada interpretação da filosofia kantiana. Elas iluminam, ampliam, oferecem, na economia de um relance, a perspectiva sobre o conjunto complexo dos problemas. Elas acompanham o pensamento, revelando-se intimamente solidárias e conformes com ele. Podem ser, além disso, uma chave para a compreensão do momento histórico, na medida em que denunciam os interesses da época, sendo por sua mediação que tais interesses alcançam uma expressão filosófica. Particularmente significativa é a constatação de que as metáforas, em

como Kant propor uma história que fosse inteiramente de tipo matemático, isto é, cujos esquemas estivessem delineados *a priori* na razão, muito menos aquela história de tipo biológico ou sistemático, cuja filosofia estaria presente em germes na razão ou inserida na arquitetura do conhecimento propriamente dito.

As metáforas constituíram um papel fundamental na filosofia kantiana, permitindo-nos não só uma amplitude conceitual ou estrutural do sistema filosófico de Kant, mas também a abordagem de uma finalidade teleológica da razão humana, não só concebida como mera entidade, mas como a idéia propriamente dita de um organismo, isto é, de um sistema que não poderia ser mais explícito se não fosse o uso corrente desta metáfora. O uso das imagens ou símbolos biológicos, torna-se, portanto, parte constitutiva da filosofia kantiana, não só na letra expressamente dada, mas no espírito da própria *Crítica*, cuja razão – que age de acordo com fins – torna-se o princípio da vida, seja ela na filosofia ou no desenvolvimento da história. Como afirma Ribeiro dos Santos (1994, p. 406), “finalmente, a imagem do organismo exhibe uma nova lógica – a lógica do vivo – e um novo princípio de inteligibilidade – o da teleoformidade -, irredutível à causalidade eficiente, o qual torna possível pensar um novo tipo de relação entre necessidade e contingência [...]”. Esta concepção integra a razão no reino dos fins cuja inteligibilidade não é mais aquele princípio unicamente mecânico da natureza, mas aquele que abrange autonomia e autoridade tanto na filosofia como na história do pensamento.

Não é um fato casual ou preliminar relacionar a concepção biológica do organismo com a filosofia kantiana. Esta relação, aliás, muito se completa quando se integra a razão nos fins determinados prescritos por ela, não só no sistema racional das faculdades de conhecimento, como na elaboração de uma história que é em si filosófica, isto é, *a priori*, no tempo e no espaço. De uma história mesma que é parte integrante deste sistema, pois, segundo Kant (1995, p. 134), torna-se fácil “[...] a conexão orgânica de todas as faculdades de conhecer sob a direção suprema da razão, porque se pode partir de vários pontos e terminar, no entanto, todo o círculo segundo um princípio, de maneira

---

Kant, não surgem como imagens isoladas, mas formam círculos de representações (*Vorstellungskreise*), organizando-se em sistemas, como totalidades orgânicas”.

que se torna somente difícil escolher aquele de que se pretende partir”. Não é incomum, portanto, a conexão ou a correspondência da metáfora biológica na filosofia kantiana, que não só representa o princípio sistemático das faculdades de conhecimento, ou seja, da relação entre entendimento e sensibilidade, como também na aceção orgânica ou biológica de uma razão história e ao mesmo tempo filosófica<sup>46</sup>.

Embora Kant tenha acompanhado respectivamente os progressos realizados na ciência, como já se viu na física ou na matemática, ele percebeu que o mesmo não se deu com a metafísica e a filosofia. O desenvolvimento de ambas ocorre de maneira bem diversa dessas disciplinas que, segundo Kant, já haviam encontrado os seus historiadores, ocorrendo quase sempre sob o conflito entre escolas ou concepções filosóficas. Mas isso não significou a sua falência, pois o embate entre intelectualistas e sensualistas foi a centelha que permitiu a Kant solucionar o problema da filosofia, isto é, falar-nos, já na *Dissertação*, de duas faculdades responsáveis pela aquisição do conhecimento, sensibilidade e intelecto, conciliando com isso a intuição, que nos é dada pela experiência, com o conceito, elemento inteligível que realiza a síntese do múltiplo. A história mostrou todas essas divergências ao filósofo, que nem por isso abandonou o processo imanente da razão, que se desenvolve nas antinomias que sempre ocorreram na filosofia ou numa história que é em si inteiramente *a priori* ou filosófica.

Kant, com isso, nos apresentou uma idéia bem diversa e muito original da história da filosofia, que não só representou um marco histórico na maneira de pensar ou conceber as filosofias do passado, mas que também foi uma marca indispensável do criticismo kantiano. Se esboçarmos uma ordem, veremos então que a filosofia deve primeiramente constituir um sistema e promover os fins necessários para o seu desenvolvimento, isto é, constituir-se numa arquitetônica da razão, como se ela fosse a estrutura de um organismo

---

<sup>46</sup> Por isso não se pode recusar a concepção biológica da filosofia kantiana, cuja razão, nascida em *germes*, tem a disposição para o desenvolvimento de todas as faculdades, sejam elas teóricas ou práticas, ou, de uma história filosófica, pois, segundo Ribeiro dos Santos (1994, p. 417), “a própria filosofia kantiana da razão pura deve compreender-se no elemento mais vasto de uma concepção da história da humanidade (na medida em que a razão é uma das ‘disposições naturais’ que a espécie humana deve desenvolver-se até à plena maturidade) e a história humana, por sua vez, deve compreender-se no contexto de uma concepção da natureza pensada segundo os pressupostos teleológicos da *Naturgeschichte*”.

vivo e não como algo meramente estático ou mecânico como o era o relógio de Descartes. Ela não é um agregado de conhecimentos, aparentemente desordenado e destituído de forma, mas parte dos germes originários e contribui para o sistema da ciência, como se ela tivesse os esquemas necessários ou essenciais para o seu desenvolvimento. É por isso que uma história *a priori* ou de tipo matemático torna-se possível, não de uma maneira erudita ou cumulativa, mas de uma forma inteiramente filosófica como parte integrante da própria filosofia, de um princípio regulativo ou ideal do qual a razão se utiliza para a exposição de uma história que é em si filosófica, pois como Kant já disse uma vez, é possível “[...] a idéia de uma metafísica se apresentar inevitavelmente à razão e de esta sentir uma necessidade de a desenvolver”. (1995, p. 132).

É assim que Kant nos assinala ou expõe os pressupostos necessários de uma formação sistemática, antes de tudo arquitetônica, da história da filosofia. Pois, se ela, no seu ideal filosófico, é o sistema completo do conhecimento, então como totalidade ela deve sempre promover os fins necessários para a sistematização completa da filosofia. Este ideal arquitetônico é, para Kant, o princípio inteligível da razão, ou seja, um pressuposto transcendental que possibilita a conciliação do conhecimento objetivamente dado com a totalidade orgânica propriamente dita. Mostrou-se, com isso, que a idéia de sistema, por exemplo, não é um conceito que está inteiramente determinado na razão, mas que ela se constitui como um “cânone interpretativo” dos conceitos filosóficos. É por este fato que cada filosofia historicamente dada deve necessariamente estar em comum acordo com cada uma delas, da mesma forma que cada filósofo deve exclusivamente promover os fins necessários da razão através dos diálogos e sistemas filosóficos que anteriormente já se constituíram.

Para o filósofo, razão e história se conciliam mutuamente nos princípios inteligíveis que conferem ao conhecimento uma ordem sistemática e lógica dos conceitos produzidos. Este ideal não nos mostra uma concepção meramente empírica do processo histórico da filosofia, mas que ela se desenvolve numa arqueologia filosófica, ou seja, dos conceitos que emanam dos poderes da

faculdade humana de conhecer. É um princípio que tem como finalidade a unidade sistemática do conhecimento mediante os progressos da razão.

Mostrou-se então que a história da filosofia exige de si uma ordem mais inteligível do que simplesmente caracterizar-se por uma sucessão cronológica dos fatos adquiridos. Kant nos revela, portanto, que “[...] é possível integrar uma história num sistema racional que exige a dedução do contingente a partir de um princípio [...]”, isto é, de um fundamento inteiramente racional para o desenvolvimento progressivo dos sistemas filosóficos. É uma concepção cuja síntese originária se constitui e se relaciona com os poderes da faculdade de conhecimento, ou seja, de uma estrutura invisível que delinea de maneira *a priori* um esquema racional para a história da filosofia. Os resultados aqui adquiridos mostraram muito claramente que a interpretação filosófica da história compreende-se propriamente pelo exercício da atividade racional do homem. Essa transformação torna-se muito evidente no exame sistemático das doutrinas filosóficas, pois é através da razão que os sistemas se fortalecem numa totalidade orgânica e coerente.

Além da utilidade ou do valor que exerce a *Crítica*, da sua amplitude conceitual, histórica ou filosófica no sistema da razão, percebemos que o interesse na história da filosofia em Kant não foi apenas o de resgatar os grandes sistemas filosóficos do passado como simples narrativas, ou seja, como meras descrições, mas sim de retomar de forma sistemática as grandes questões que sempre afligiram a razão humana. Talvez seja por isso que, segundo Micheli (1985, p. 882), “l’interesse kantiano per la storia della filosofia è di tipo filosofico, non erudito”. Pois, neste caso, se verificou que os problemas colocados pela filosofia sempre foram os mesmos postos pela razão durante a história. Não é, portanto, uma reunião dos sistemas filosóficos, porém uma análise crítica dos métodos e dos argumentos que Kant assim realizou com relação às filosofias do passado. E para que tal tarefa pudesse ser realizada em vista de uma crítica da razão, a tradição historiográfica da filosofia não deixou de ter uma importância fundamental para a formação de Kant e para a elaboração do seu próprio sistema.

## 6. Referências

---

BRAUN, L. L'histoire de la philosophie a l'heure du criticisme. In: *Histoire de l'histoire de la philosophie*. Paris: Editions Ophrys, 1973, p. 205-60.

GUEROULT, M. L'histoire de la philosophie comme système abstrait et a priori de l'histoire de la raison. In: *Histoire de l'histoire de la philosophie*. Paris: Aubier, 1988, p. 373-98.]

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. *Dissertação de 1770 seguida de Carta a Marcus Herz*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. *Os progressos da metafísica*. Lisboa: Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

\_\_\_\_\_. *Primeira introdução à crítica do juízo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. *Da utilidade de uma nova crítica da razão pura*. São Paulo: Hemus, 1975.

\_\_\_\_\_. *Crítica da faculdade do juízo*. Porto Alegre: Forense Universitária, 2005.

LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 1993

MICHELI, G. *Kant storico della filosofia*. Padova: Antenore, 1980

\_\_\_\_\_. *Kant e la storia della filosofia*, in "Studies on Voltaire and the Eighteenth Century". (Norwich), 1980, 191, pp. 587-595.

\_\_\_\_\_. La svolta kantiana. In: *Storia delle storie generali della filosofia*. Padova: Antenore, 1988, pp. 879-957.

MARKET, O. *Recepção da Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1992.

RIBEIRO, L dos SANTOS. Kant e a idéia de uma história filosófica da filosofia. In: ENCONTRO DE PROFESSORES E PESQUISADORES DE FILOSOFIA BRASILEIRA, I., 2005, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

YOVEL, Y. *Kant et l'hitoire de la philosophie*. Jerusalém: Archives de Philosophie, 1981, 44, pp. 19-41.

## 7. Bibliografia Consultada

---

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

\_\_\_\_\_. *NBR 10520: informação e documentação – apresentação de citações de documentos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p.

\_\_\_\_\_. *NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 6 p.

BECKENKAMP, J. (Org.). *Entre Kant e Hegel*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. 288 p.

GERRA, A. *Introduzione a Kant*. Roma: Laterza, 1999.

HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo, Abril cultural, 1980.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. Trad. de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultura, 1989. 271 p

\_\_\_\_\_. *Tratado da natureza humana*. Trad. de Débora Danowski. São Paulo: Unesp, 2001

LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Sobre Kant*. São Paulo: Edusp, 1993.

KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. In: \_\_\_\_\_. *Resposta a pergunta: que é o iluminismo?*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. *A paz perpétua e outros opúsculos*. In: \_\_\_\_\_. *Que significa orientar-se no pensamento?*. Lisboa: Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. *Realidade e existência: lições de metafísica*. Trad. Armando Rigobello. São Paulo: Paulus, 2002.

\_\_\_\_\_. *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

LEIBNIZ, G. W. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (a)

\_\_\_\_\_. *Correspondência com Clarke*. Trad. de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (b)

\_\_\_\_\_. *Essais de theodicée*. Paris: Garnier Flammarion, 1969, 502 p.

\_\_\_\_\_. *A monadologia*. Trad. de Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1979

\_\_\_\_\_. *Discurso de metafísica*. Trad. de Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1979

MANCHESTER, P. Kant's conception of architectonic in its historical context. *Journal of the History of Philosophy*. New York, vol. 41, n.2, p. 187-207, 2003.

PATON, H. J. *Kant's Metaphysic of Experience*. London: Georg Allen & Unwin, 1970.

PHILONENKO, A. *L'oeuvre de Kant*. Paris: Vrin, 1983.

\_\_\_\_\_. *Études kantiennees*. Paris: Vrin, 1982.